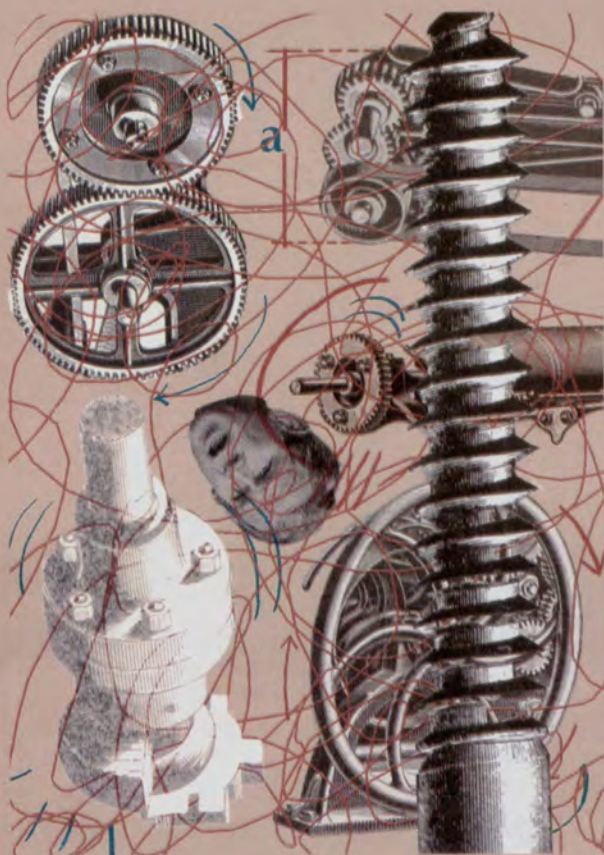




Resistências à (des)ordem neoliberal

Amílcar Brunazo Filho

Candido Grzybowski

Emir Sader

Ignacio Godinho Delgado

Luiz Alberto Moniz Bandeira

Luiz Bassegio

Rafael Duarte Villa

Raúl Zibechi

KOINONIA Presença Ecológica e ServiçoRua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 2224-6713
Fax (21) 2221-3016
E-mail koinonia@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br**CONSELHO EDITORIAL**Emir Sader
Francisco Catão
Joel Rufino
Maria Emília Lisboa Pacheco
Maria Luíza Rückert
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Yara Nogueira Monteiro**CONSELHO CONSULTIVO**Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jether Pereira Ramalho
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves**EDITOR**

José Bittencourt Filho

EDITOR DESTE NÚMERO

Zwinglio M. Dias

EDITORA ASSISTENTE E JORNALISTA RESPONSÁVELHelena Costa
Mtb 18619**EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA**Anita Slade
COPIESQUE E REVISÃOCarlos Cunha
SECRETÁRIA DE REDAÇÃOMara Lúcia Martins
CAPAIlustração Marta Strauch
PRODUÇÃO GRÁFICARoberto Dalmaso
FOTOLITOSGR3
IMPRESSÃOReproarte
Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.Preço do exemplar avulso
R\$ 3,50Assinatura anual
R\$ 21,00Assinatura de apoio
R\$ 28,00Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

KOINONIA

- Do formalismo jurídico como dissimulação autoritária** 6

RESISTÊNCIAS A (DES)ORDEM NEOLIBERAL

- INVASÃO**
América Latina depois das Torres 7

Raúl Zibechi

- DEUS-MERCADO**
Mercado, Nação e Proteção Social 11

Ignacio Godinho Delgado

- CONFRONTOS**
O enfant terrible da política externa latino-americana 16

Rafael Duarte Villa

- VIVER**
Sonhar é possível e necessário 22

Cândido Grzybowski

- AVIDEZ**
Interesses norte-americanos na crise argentina 25

Luiz Alberto Moniz Bandeira

- FUTURO**
América Latina, adiós? 28

Emir Sader

TEOLOGIA

- Desordem e ordem: uma tentativa de coexistência** 29

Ivone Gebara

CREDIBILIDADE

- Um País do "Zerésimo" Mundo** 31

Amílcar Brunazzo Filho

ECUMENICIDADE

- Primavera para a Vida 2002: solidariedade e paz** 34

SOBERANIA

- Plebiscito: mais de 10 milhões dizem não à Alca** 37

Luiz Bassegio

DIGNIDADE HUMANA E PAZ

- Para superar a violência** 39

RUBEM ALVES

- Petrus** 41

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

Biblioteca - Koinonia

(X) Classificado

(X) Processado

As turbulências que têm enlouquecido o "Cassino"

financeiro internacional, especialmente depois do fatídico 11 de setembro de 2001 e da revelação dos falsos balanços de grandes empresas norte-americanas, sinalizam uma crise profunda no "capitalismo administrador de dinheiro", gerador da globalização excludente que penaliza de forma impiedosa os países da periferia do sistema ao mesmo tempo em que faz crescer a riqueza e o poder daqueles poucos que detêm o controle da atividade econômico-financeira mundial. O assim chamado modelo neoliberal, que começou a articular-se nos inícios dos anos 1980 sob a égide dos governos de Reagan, Thatcher e Kohl representou o fim das políticas de contenção das forças do mercado por parte dos Estados Nacionais. De lá para cá o colapso da experiência socialista, o enfraquecimento das estruturas sindicalistas, ambas erosionadas pelas mudanças favoráveis aos processos de acumulação, e a crise dos modos de produção industrial, contribuíram para a prevalência dos interesses do capital financeiro cuja atual hegemonia está, paulatinamente, destruindo as bases da democracia política consolidada, pelo menos nos países centrais, no Ocidente.

O anúncio da criação de uma Nova Ordem Internacional, por parte do presidente George Bush (pai), após a queda do muro de Berlim, instaurou, de facto, uma desordem econômica no plano mundial, na medida em que os valores democráticos que, supunha-se, deviam reger as relações entre as nações, desceram a segundo plano ante a nova lógica do poder imposta pelos agentes econômicos que passaram a dominar o mercado, tendo no governo dos Estados Unidos e seus aliados mais fiéis, a garantia de seus interesses sistêmicos. A livre circulação de capitais e mercadorias passou a ser o grande mote do sistema sem consideração alguma para o sacrifício de vidas humanas que isto tem significado e a destruição sistemática da natureza.

Depois de duas décadas de experimentação deste modelo de divinização do mercado auto-regulado, as consequências para o mal-estar da humanidade em geral aí estão, mostrando "as veias abertas do mundo", com mais de dois terços da população passando fome, um tremendo índice de desemprego estrutural ameaçando a sobrevivência de nações desestabilizadas pela desordem econômica, na periferia como no centro do sistema, dezenas de povos tendo seus patrimônios culturais desqualificados, serão ignorados, e a continuidade da vida no planeta seriamente ameaçada. Uma onda de protestos vai se vertebrando e encontra sua ressonância maior no Fórum Social Mundial. Mas não se trata de contestação, pura e simplesmente, ao modelo vigente, mas de busca de alternativas para a construção de novas relações políticas e econômicas capazes de levantar redes de proteção contra a irracionalidade de um sistema de relações baseado na reprodução do dinheiro (lucro!) e sem consideração maior para com a condição humana e a preservação da natureza. Esses setores sociais oriundos das mais diferentes expressões culturais do planeta, e por elas inspirados, preocupados com o exercício real da justiça nas relações políticas e econômicas, para que o primado da paz se estabeleça, querem evitar as reações negativas de puro revide, que só servem de pretextos para maiores opressões. Pedagogicamente repetem que "um outro mundo é possível" desde que a (des)ordem estabelecida seja neutralizada e a solidariedade se imponha como uma norma cotidiana.

É isso aí.

Recebo regularmente
aprecio muito porqu
SENÇA está nos atu
principais problemas
da a trabalhar nas Ca
o olhar fixo também
dade.

A/

Sou um grande leitor d
vros, jornais e fiquei mu
do ao falarem sobre a rev
E PRESENÇA e resolvi e
sei como é a revista, gost
ber 100% de informações
foi citada para ler, pois é
Peço informações sobre a
sobre o que fala (seus princí
tos), enfim tudo sobre. Gost
to também de receber inform
bre a instituição, sobre o ecun
pois a tendência de vocês é a
possível, espero que os cristãos
tomem consciência (principa
seus líderes) para formarmos u
igreja. Gostaria também de obi
formações sobre a Igreja Cató
como ela é aceita no mundo. Ob
da pela atenção.

Roberto Lima da

São Paul

Já há muito tempo venho acompanha
do com entusiasmo e alegria o traba
lho desenvolvido por vocês. Sou assi
nante da revista TEMPO E PRESEN
ÇA desde 1985. Gostaria de parabeniz
ar pelo trabalho desenvolvido por
esse grupo maravilhoso. Mas a prin

la revista para
luta. Portanto, sinto muita falta
de cada artigo da revista porque faço
questão de ler a todos, como se tives
se em contato com cada autor. Por isso
sinto saudade da mesma forma que
sinto de um grande companheiro de
luta.

**Neste Natal dê
TEMPO E PRESENÇA
aos seus amigos
e ganhe presentes!**

io re-
itua-
ex-
liza

sta
PB

A.

Do formalismo jurídico como dissimulação autoritária

Em maio de 2002, um despacho do Presidente da República vetou integralmente a versão final de um Projeto de Lei (129/1995) que regulamentaria o direito das comunidades remanescentes dos quilombos à propriedade das terras e, o procedimento da sua titulação, na forma do artigo 68 do ADCT, da Constituição de 1988. O texto final do Projeto de Lei apresentado este ano era produto de uma ampla discussão entre deputados, senadores e, excepcionalmente, entre estes e o movimento negro organizado das cidades e do campo, o Ministério Público Federal e organizações da sociedade civil.

Poucas vezes um texto legal foi submetido a um processo de discussão tão extenso e participativo e alcançou um consenso tão significativo. Por outro lado, não é nova uma postura governamental desse tipo, tão indiferente às manifestações da sociedade civil.

O veto presidencial baseou-se em pareceres pretensamente técnicos do Ministério da Justiça e do Ministério da Cultura, que repetem e ampliam os argumentos de um parecer anterior da Casa Civil. Todos reunidos, consolidam uma interpretação oficial sobre o “artigo 68”. Essa interpretação pretende esvaziá-lo na prática, recuando nas mínimas conquistas acumuladas pelo movimento social nesse campo, desde a promulgação da Constituição.

Para aqueles que não têm acompanhado a discussão sobre remanescentes de quilombos, tais conquistas podem ser resumidas assim: depois de ter sido introduzido na Constituição – mas fora do corpo principal, nas Disposições Constitucionais Transitórias – com intuito de reparação histórica de caráter simbóli-

co, destinada a contemplar grupos sociais pensados como residuais, o “artigo 68” é capturado pelo movimento social para lhe atribuir uma nova efetividade. Ao conectar-se com as discussões sobre ações afirmativas, por um lado, e sobre direitos territoriais de populações tradicionais, de outro, o artigo foi instituído em instrumento da luta política por direitos econômicos, sociais e culturais e, por esse motivo, em fonte de uma identidade genérica para as populações negras rurais e periurbanas. Com isso, aquelas que pareciam ser umas poucas situações residuais se multiplicaram aos milhares, dando origem a uma Articulação Nacional de Remanescentes de Quilombos e a uma significativa revisão das interpretações correntes sobre a história da escravidão e a sociologia das populações rurais brasileiras.

O veto presidencial ao citado Projeto de Lei, porém, veio negar tais avanços por meio de uma série de argumentos técnicos e formalistas – a maior parte deles questionáveis, segundo o Ministério Público Federal. Tais formalismos, porém, decorrem da decisão política de “não gastar um centavo” na desapropriação de terras para a regularização de comunidades remanescentes de quilombos. Para isso, os pareceres da Casa Civil e do Ministério da Justiça erigiram uma interpretação do artigo 68 que impede até mesmo a continuidade das iniciativas que vinham sendo tomadas por alguns institutos de terras estaduais e pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Desapropriar terras para comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos tornou-se improbidade administrativa.

Por fim, aqueles pareceres revelaram a extensão de suas intenções ao assumirem a posição, verdadeiramente reacionária do ponto de vista jurídico, de considerar que o direito estabelecido na Constituição diz respeito aos indivíduos “remanescentes das comunidades de quilombos” e não das próprias “comunidades”, isto é, ao considerar que o artigo 68 não trata de um direito coletivo. O formalismo dessa posição, justificada por uma leitura literal do texto (antiquada sob todos os aspectos), só encontra correspondência no ponto de vista dos senhores de escravos e capitães do mato, cujo interesse estava na reapropriação das “peças” que restassem como esbulho de seus assaltos aos quilombos.

A razão fundamental desse formalismo, no entanto, é prática, e explícita: sustentar a opção política de impedir o envolvimento do Ministério Público Federal com a temática, justamente porque trata-se de um órgão que, dentro do Estado e falando sua própria linguagem, tem sido o mais independente e aberto ao diálogo com a sociedade civil organizada, justamente porque tem o papel de defesa dos interesses coletivos.

Como acontece com os quilombos históricos em relação à nossa história pré-republicana, a história dos remanescentes de quilombos é muito representativa de nossa democracia recente: uma democracia de fachada (mobilizações e avanços populares bem-vindos, desde que não se concretizem). Os consensos alcançados na arena política são sustados pela via econômica e jurídica que faz da vontade do governante a verdade. Uma democracia para o consumo externo que a legitima. 

América Latina depois das Torres

Raúl Zibechi

Leitura como de quem tenta escapar aos escombros das duas torres cuja implosão não aconteceu, mas está e vai estar acontecendo. Cada parágrafo é uma reflexão amarga sobre os estilhaços que nos estão atingindo. Sacudimos alguns, outros nos atingem e ferem. As "Torres Gêmeas caíram sobre o pavor palestino," diz o Autor no segundo parágrafo, e, em todos os demais, descobrimos como caem nesta nossa América. Dói, mas é preciso ler. Uma guerra: "os perdedores são milhões de velhos e novos pobres"

Nada de novo aconteceu no último ano, no continente americano. Todas as tendências, porém, que se vinham perfilando intensificaram-se até fazerem explodir as crises nacionais que ameaçam mergulhar toda a região na instabilidade e na desordem.

Com razão se afirma que as Torres Gêmeas caíram sobre o povo palestino. Esta afirmação se baseia no fato,

indubitável, de que foi o primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, quem melhor aproveitou a ocasião que os ataques de 11 de setembro lhe ofereceram para implementar a militarização do conflito. Ao longo de um ano Sharon não se cansou de repetir que não existe a menor diferença entre Bin Laden, e Al Qaeda, e a Intifada palestina.

Com este argumento, que a política de atentados indiscriminados contra a população civil judaica consegue tornar crível, os falcões de Israel conseguiram fortalecer seus apoios entre seus pares estadunidenses e até certa neutralidade benevolente de boa parte dos países europeus. Sem dúvida, o povo palestino foi o mais afetado pelo novo clima mundial que já se respirava antes dos atentados, mas que ganhou novo impulso com eles.

Entretanto, a nova situação afeta a todos os povos do Terceiro Mundo e, de forma particular, os da América Latina. Como amplas zonas do planeta, uns quantos países ao sul do Rio Bravo sofrem o crescente desinteresse das potências centrais que já nem esperam a mantê-los como reservatórios de matérias-primas, cada vez menos necessárias tendo em vista os desenvolvimentos científicos recentes tendentes a utilizar uma gama cada vez menor de recursos naturais.

Em poucos anos, segundo todos os especialistas, as empresas multinacionais estarão em condições de produzir insumos sem recorrer a matérias-primas do mundo natural, com base no

desenvolvimento de uma nova geração de tecnologias, as nanotecnologias, capazes de produzir mudanças no mundo não-animado, modificando o componente molecular de alguns elementos. Estas vêm a complementar as biotecnologias que foram capazes de modificar a natureza, criando de produtos transgênicos a animais clonados.

Do jeito como estão as coisas são cada vez mais as zonas e regiões do continente latino-americano que estão sendo abandonadas à própria sorte, depois de convenientemente tosquiadas, o que significa deixá-las nas mãos de suas vorazes elites.

POLARIZAÇÃO REGIONAL

O agravamento do conflito colombiano e a instabilidade da Venezuela talvez sejam os exemplos mais visíveis, na região, da crescente polarização mundial posterior ao 11 de setembro. Certamente, o Plano Colômbia ganhou renovados bríos e Washington decidiu que já era hora de tirar-lhe a tanga, declarando que se trata, efetivamente, de um plano com objetivos de caráter militar.

Os estrategistas definiram, já há algum tempo, que o Plano Colômbia é a continuação quase natural do Plano Puebla-Panamá. A zona que vai da Amazônia até Puebla, no México, é a mais rica do mundo quanto à biodiversidade.

O domínio desta zona permitirá aos Estados Unidos um quase monopólio do controle da vida e da produção de

vida. Mas nesta zona estão concentrados também os recursos petrolíferos do Continente. Pela primeira vez em sua história a superpotência depende do petróleo importado. Em poucos anos, dois de cada três barris que se consomem nos Estados Unidos serão importados. Na região do Plano Puebla-Panamá e do Plano Colômbia (México, Colômbia, Equador, Venezuela e América Central) existem recursos petrolíferos equivalentes aos do Oriente Médio.

A este conjunto de interesses se soma a busca de um novo canal interoceânico – já que o de Panamá se encontra saturado e não permite, ademais, a passagem de super-petroleiros e grandes porta-containers – provavelmente na zona do istmo de Tehuantepec. Por último aparece a necessidade de estender a zona de indústrias *maquiladoras* da fronteira do México para o sul, já que nas velhas fábricas os trabalhadores começam a se organizar provocando a conseqüente diminuição dos lucros. A zona *maquiladora*, controlada pelos Estados Unidos, é chave para manter a longo prazo a capacidade do capital multinacional de concorrer com os produtos oriundos da China e de outros países emergentes, onde os salários são consideravelmente mais baixos e não existem restrições trabalhistas nem ambientais.

México foi o país ao qual o governo Bush prestou atenção logo após os atentados, fechando um acordo que garante tanto o fornecimento de petróleo como a disposição de suas elites de cumprir o papel designado por Washington. Os problemas sérios começaram um pouco mais ao sul.

Colômbia, do ponto de vista militar, representa o cenário mais complexo a médio prazo. Além de suas reservas petrolíferas, tem uma situação geo-

A zona maquiladora, controlada pelos Estados Unidos, é chave para manter a longo prazo a capacidade do capital multinacional de concorrer com os produtos oriundos da China e de outros países emergentes, onde os salários são consideravelmente mais baixos e não existem restrições trabalhistas nem ambientais

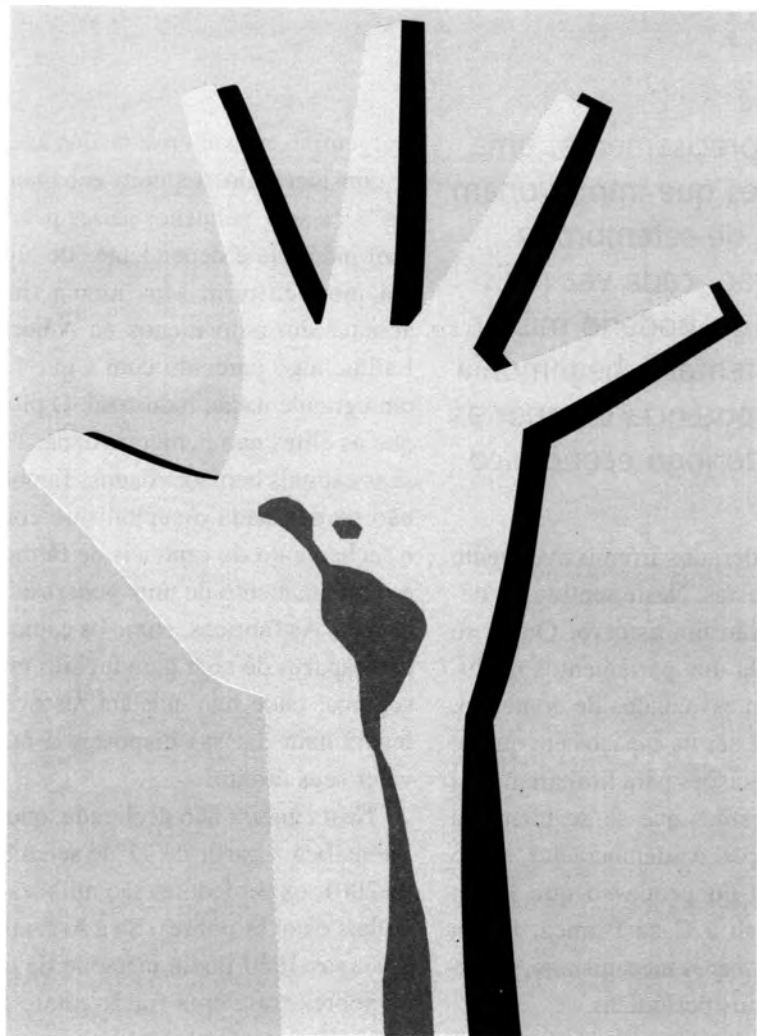
política privilegiada: saída para dois oceanos e fronteira comum com cinco países-chave que podem ser desestabilizados pela chegada massiva de refugiados. A vitória do ultra-direitista Álvaro Uribe é um bom sinal para Washington, porque representa o tipo de político chamado o desempenhar o papel de guerreiro mantendo as formas mínimas do exercício democrático. Pela primeira vez chega ao governo um homem dos paramilitares disposto a fazer a guerra a qualquer preço. Trata-se de uma virada de longo alcance na sociedade colombiana que não sairá sem traumas dessa experiência militarista. O caso colombiano ilustra como o novo cenário mundial é propício a uma radicalização dos grupos dominantes, funcional à estratégia atual do Pentágono, mas com raízes profundas em cada uma das sociedades.

Outro bom exemplo é Venezuela. Trata-se de um país-chave para a estratégia estadunidense. Que se pretenda derrubar Hugo Chávez não há a menor dúvida. O golpe de abril está aí, como prova irrefutável. Mas o caso é outro. Não basta que Washington es-

timule aos recalcitrantes venezuelanos a dar um golpe, ir para as ruas e derrubar um presidente legítimo. A novidade é que há uma direita política, social e cultural com apoio de massas, poderosa e combativa, escorada pelo empresariado, pelo sindicalismo e por uma parte da classe trabalhadora (setor privilegiado em países onde dois terços da população sobrevivem na informalidade).

Essa nova direita, recrutada entre as classes médias, que odeia os pobres e não hesitaria nem um instante em lançá-los aos leões, é um produto cultural do neoliberalismo. Seus pontos de referência estão no “sonho americano”, imitam os ricos, querem parecer com os poderosos, olham com horror a possibilidade de caírem nas amarguras da pobreza, são ambiciosos e consumistas e têm pouca estima pelas tradições culturais de seus próprios países. Tanto na Colômbia como na Venezuela são um setor político em ascensão. Não crêem na democracia a não ser como cortina para o consumo externo e se assentam nas piores tradições clientelistas e caudilhistas. Esta é a base social sobre a qual se estribam os falcões de Washington para dominar o Continente.

Com base no Plano Colômbia o Pentágono desenvolveu um projeto de extensão regional, tanto militar como econômico e político, que tem um de seus eixos de expansão no Equador, onde foi instalada a base militar de Manta, e cuja economia foi dolarizada faz dois anos. O segundo passo, por meio da promoção da Comunidade Andina (CAN) é o controle do Peru e da Bolívia. No primeiro a política de privatizações tem sofrido alguns reverses por causa das revoltas populares e, na Bolívia se acaricia o projeto de controlar um gasoduto que terá saída no oceano Pacífico.



Símbolo do Memorial da América Latina, em São Paulo

AFUNDAR O MERCOSUL

A crise argentina é um dos principais êxitos da política de Bush destinada a impor a Área de Livre Comércio da América (Alca). Com um único golpe conseguiu ferir gravemente o Mercosul e colocar o Brasil contra as cordas. Resta saber, nada menos, que tipo de governo o Brasil terá a partir de novembro, fator este que poderá perturbar toda a região. Em todo o caso, seja José Serra, seja Luís Inácio Lula da Silva quem, finalmente, envergue a faixa presidencial, o choque deste país com o projeto de implementação da Alca, a partir de 2005, é um fato.

A burguesia brasileira e as elites dirigentes são as únicas na região a compreender que o futuro do País depende de negociar com os Estados Unidos em condições de soberania, preser-

O caso colombiano ilustra como o novo cenário mundial é propício a uma radicalização dos grupos dominantes, funcional à estratégia atual do Pentágono, mas com raízes profundas em cada uma das sociedades

vando a poderosa indústria nacional. Caso contrário, o País cairia em pouco tempo numa situação de crise social e de ingovernabilidade semelhante à da Argentina. No entanto, é uma nação três vezes maior e quatro (sic) vezes mais povoada, cuja desestabilização arrastaria a todo o subcontinente.

Diante da crise argentina, o Brasil

continua procurando sócios no resto do Continente e vê com bons olhos as intenções da União Européia de assinar um acordo com o Mercosul de modo a compensar a hegemonia estadounidense. Porém, a continuidade da situação de instabilidade e indefinição da Argentina torna muito difícil para o Mercosul estancar a própria crise e evitar que se acelerem os tempos de sua desintegração.

Eliminada a barreira do mercado regional, o projeto Alca poderia ser imposto sem maiores obstáculos. Em termos concretos, se trataria, então, de um mercado de oitocentos milhões de habitantes e um Produto Bruto de 11 bilhões de dólares. A Alca estaria, assim, em condições de pesar no mundo e de impor condições ao resto dos países, mesmo quando a economia estadounidense continuasse sem dar sinais de poder concorrer com a européia e a asiática. Esta é, precisamente, uma das chaves que impulsionam o 11 de setembro: a utilização, cada vez mais aberta, do poderio militar para sustentar a hegemonia da superpotência e impor as regras do jogo econômico. A estratégia econômica é a que complementa a estratégia militar e de segurança, pondo-se a serviço destas para dominar o quintal traseiro.

Pode-se argumentar que uma hegemonia baseada no poderio militar, mas sustentada numa economia debilitada não pode manter-se por muito tempo. Pelo menos assim pareciam funcionar os velhos imperialismos, que dominavam amplas regiões do planeta de que extraíam os recursos naturais que a indústria nacional necessitava, que, efetivamente, era a mais desenvolvida do planeta. Agora as coisas funcionam de outra maneira. O domínio do mundo é um objetivo por si mesmo, para cujo sustento se desenharam tanto as relações internacionais como as relações econômicas.

O RETORNO DOS VICE-REINADOS

O 11 de setembro acelera a crise da democracia e aumenta a debilidade dos Estados nacionais. A recente intervenção do embaixador dos Estados Unidos na campanha eleitoral boliviana, afirmando que se o líder indígena Evo Morales chegasse a ganhar, seu país retiraria ajuda e se criaria uma situação muito difícil, é apenas uma mostra do que pode vir a acontecer. Há alguns meses, na campanha eleitoral nicaragüense, o embaixador estadunidense em Manágua “torceu” o empate entre o candidato conservador e o sandinista em favor do primeiro.

Não se trata de casualidade nem de expressões extemporâneas, mas o retorno à política de meio século atrás: a intervenção descarada e aberta nos assuntos nacionais. Estes fatos, somados à proliferação de bases militares em pontos estratégicos da região revelam que se procura a subordinação pura e simples de toda a América Latina. O objetivo parece consistir em efetuar uma profunda reorganização do Continente, com governos dóceis, Estados nacionais que ajam como guardiães dos interesses das multinacionais (o “direito” das multinacionais consagrado no Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta supera as constituições nacionais) que terão assim, um amplo, cativo e dócil mercado e um acesso ilimitado aos recursos naturais.

Este objetivo se fecha com a implementação de forças de segurança nacionais destinadas a controlar e reprimir os dissidentes, os rebeldes ou aqueles que questionem os interesses da superpotência. Para Washington os temas vinculados aos investimentos e ao comércio são parte de sua política de segurança nacional. Aqueles que questionem esta política, mesmo que usem os métodos de Mahatma Gandhi,

Esta é, precisamente, uma das chaves que impulsionam o 11 de setembro: a utilização, cada vez mais aberta, do poderio militar para sustentar a hegemonia da superpotência e impor as regras do jogo econômico

serão considerados irremissivelmente como terroristas. Neste sentido, as democracias são um estorvo. Quem se lembra ainda dos parlamentos nacionais? Foram esvaziados de conteúdo, deixaram de ser os espaços em que se tomavam decisões para limitarem-se a aprovar questões que se decidem em outros espaços. As democracias, como ficou claro no processo que levou George Bush à Casa Branca, foram reduzidas a meros mecanismos, ginásticas eleitorais periódicas.

O segundo aspecto desta volta à lógica colonial é o papel do exército imperial, pronto para atuar no caso de que as guardas nacionais sejam superadas pelas crescentes revoltas das sociedades, cada dia mais empobrecidas. O Plano Colômbia ensina até que ponto os exércitos podem se pôr de pé e se debilitar segundo os interesses de Washington. Em três escassos anos o exército colombiano duplicou a quantidade de pessoal em armas de que dispunha, algo que não tinha acontecido em quarenta anos de guerra. Nicarágua serve de exemplo de como a guerra de baixa intensidade é capaz de afundar um país a tal ponto que levará, se conseguir, várias gerações para recuperar-se.

É que o próprio conceito de país (ou seja um espaço geográfico soberano e autogovernado) deixou de ser funcional nesta etapa do capitalismo. A Argentina é o melhor exemplo disso. Até há pouco tempo, casos como

o argentino estavam reservados às que se consideravam “repúblicas bananeiras”), ou seja, pequenos países pobres, sem indústria e dependentes de alguma monocultura. Mas nunca tinha acontecido, pelo menos na América Latina, algo parecido com a que fora uma grande nação industrial. O pior é que as elites não perderam nada. Têm seus capitais bem guardados. Também não perdeu nada o capitalismo como o fechamento de centenas de fábricas e o afundamento de uma poderosa indústria. As fábricas, como os capitais, são capazes de voar para lugares mais seguros, onde não existam restrições legais nem massas dispostas a fazer valer seus direitos.

Nesta guerra não declarada, que se intensifica a partir de 11 de setembro de 2001, os perdedores são milhões de velhos e novos pobres. Se a Argentina dos anos 1950 podia jactar-se de que os pobres eram uma fração muito pequena de sua população, hoje mais da metade dos argentinos foi afundada na pobreza. Este é o preço da reestruturação dos negócios, ou “dos mercados”. Amanhã, esses mesmos esfarrapados, ou seus filhos e seus netos, serão bombardeados com sugestivas propagandas que lhes dirão que mercadorias devem comprar e onde devem fazê-lo, para a melhor e mais fluida valorização do capital. Até que, uma vez mais, alguém comece a falar de “direitos” ou de “alternativas” a um mundo que continuará sendo insustentável para viver. ☹

Raúl Zibechi, jornalista uruguaio, colunista do semanário *Brecha*, de Montevideo e da Agência Latino-Americana de Informação. Publicado pela Alai. (Traduzido do espanhol por Zwinglio M. Dias)

Mercado, Nação e Proteção Social

Ignacio Godinho Delgado

"Que alternativas há para as nações periféricas diante da ordem que se busca impor sob a batuta do poder militar norte-americano, da chantagem do capital financeiro sobre as economias da periferia e da pressão das agências multilaterais?" Esta é a pergunta do Autor. Vale a pena considerar atentamente sua brilhante exposição do satanismo presente na economia de mercado

Há mais de cinquenta anos, Karl Polanyi descrevia a institucionalização da economia de mercado auto-regulado como um *moinho satânico*, cuja operação, se não contida por movimentos de proteção, poderia destruir a própria vida em sociedade.¹ Assentada na conversão do *trabalho*, do *dinheiro* e da *terra* à condição de mercadorias – *fictícias*, conforme Polanyi, por não serem bens *produzidos* para a venda –, a ordem institucional que emoldura a operação da economia de mercado auto-regulado instaura, do mesmo modo, a possibilidade de degradação permanente da força de trabalho, de ocorrência reiterada de crises financeiras com potencial para tragar econo-

mias nacionais inteiras, de utilização predatória dos recursos naturais.

No cerne da análise de Polanyi aparece a indicação de que o mercado é uma construção institucional, que não se impõe por uma lógica férrea, natural. Seu mecanismo autodestrutivo pode ser contido por outras criações institucionais. Ao longo dos séculos XIX e XX os movimentos de auto-proteção da sociedade objetivaram limitar a operação das regras do mercado exatamente no que se refere às relações sociais que envolvem as mercadorias fictícias. Daí terem sido nucleados pelas duas identidades coletivas de maior significado e peso específico no mundo capitalista, a *classe trabalhadora* e a *Nação*. Derivam dos movimentos associados à primeira, não só a crítica radical ao capitalismo, e a tentativa de superá-lo numa outra ordem socioeconômica, socialista, mas também as ações de reforma que engendraram os *Estados de Bem-Estar Social* no centro do sistema, alternativas que, em graus diversos, buscam retirar parte da reprodução da força de trabalho do reino das mercadorias.² A *Nação*, por seu turno, materializa a *comunidade de sentimento* que agrupa os indivíduos num mesmo *status compartilhado*, favorecendo a percepção das desigualdades geradas pelo mercado por parte de quem as sofre. É, pois, elemento central à própria *formação da identidade de classe* dos trabalhadores³. Mais ainda, o Estado Nacional aparece como principal instru-

mento de contenção dos efeitos perversos da operação do dinheiro como mercadoria, através de iniciativas como o controle do câmbio e as políticas monetárias e fiscais anticíclicas. Neste cenário, pela prevalência de uma certa crença na inesgotabilidade dos recursos naturais, os efeitos danosos da conversão da terra à condição de mercadoria não ganharam a visibilidade que hoje alcançam.

As ações de autoproteção das sociedades nacionais, por meio do nacionalismo e do movimento dos trabalhadores, minaram a institucionalidade que pretendia universalizar a economia de mercado auto-regulado, mas só no pós-Segunda Guerra Mundial é que engendraram um modo global de regulação da economia capitalista que, nas décadas seguintes, buscou mitigar a operação do trabalho e do dinheiro como mercadorias. A Segunda Guerra foi, neste sentido, um *evento crítico*.⁴ Em primeiro lugar, porque a integração de trabalhadores, empresários e Estado no *triângulo do tempo de guerra* ao longo do conflito, minou as resistências empresariais à intervenção estatal.⁵ Em segundo lugar porque seus resultados determinaram uma correlação de forças no âmbito interno dos Estados Nacionais, e no ambiente internacional, que tornava inviáveis as pretensões de estabelecimento de um modo global de regulação assentado na crença do livre mercado, tal como definido, num primeiro momento, nas tratativas de Bretton Woods. A presença

ameaçadora do comunismo, guindado à condição de sistema concorrente em parte substancial do globo, e o fortalecimento dos partidos de esquerda na maior parte dos países capitalistas centrais tornavam a pretensão norte-americana de impor um modo de regulação baseado no fluxo desimpedido de mercadorias e capitais uma aposta de alto risco, em face da degradação da economia européia durante a Segunda Guerra e das aspirações de autonomia e desenvolvimento que emergiam na periferia do sistema.

A política norte-americana de *hegemonia benevolente*, segundo a expressão de Fiori, fez vistas grossas, pois, no final da década de 1940, ao crescimento das políticas protecionistas e à irradiação da regulação econô-

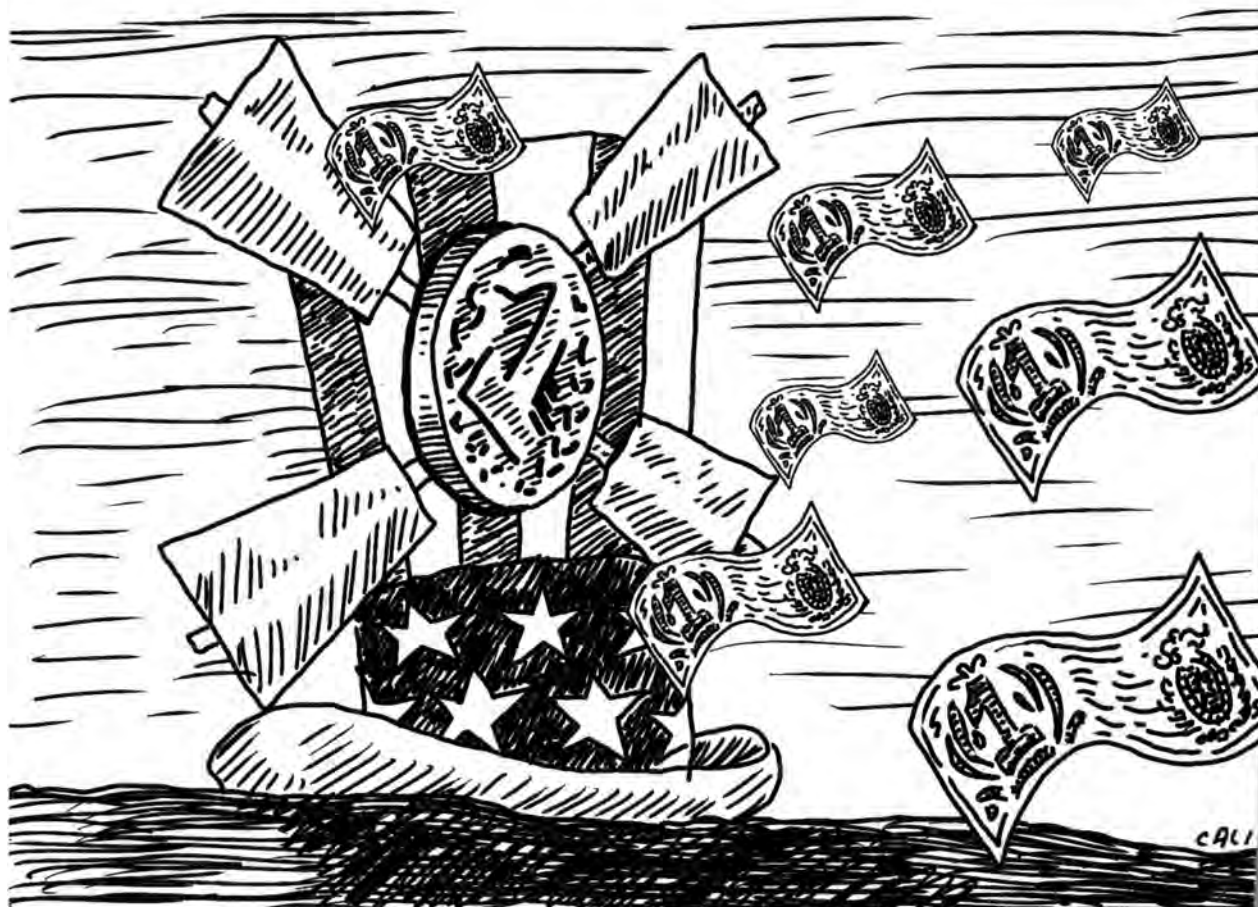
mica keynesiana e das políticas de proteção social. Estas encimavam uma estrutura produtiva organizada segundo o modelo fordista, dando forma ao *compromisso social-democrata*, que emoldurou os *trinta anos gloriosos* de prosperidade capitalista, capitaneada pela espetacular expansão da indústria metal-mecânica.⁶

O relativo fechamento dos mercados internos nacionais garantia bases seguras para um arranjo que articulava trabalhadores, Estado e empresários na preservação de estruturas de proteção social fundamentalmente custeadas por tributos indiretos, que podiam ser repassados ao conjunto dos consumidores nos mercados de massa nacionais.⁷ Na periferia do sistema, diversos países – dentre aqueles que não

lograram conhecer revoluções anti-capitalistas – puderam valer-se da *brecha desenvolvimentista* engendrada pela política de hegemonia benevolente dos Estados Unidos e constituíram vigorosos parques industriais, muito embora a dimensão redistributiva do arranjo social-democrata não tenha prevalecido.

As dificuldades que levariam à crise do modo de regulação definido ao final dos anos 1940 delineiam-se na década de 1960. A expansão de pressões salariais e a ampliação das demandas por novas formas de política social, num quadro de pleno emprego, desencadeiam dificuldades fiscais em diversos Estados Nacionais. Simultaneamente, retraem-se os mercados para os produtos que lideraram a ex-

Calicut



pansão econômica do pós-guerra, com a industrialização de áreas cada vez mais expressivas da periferia e a redução da capacidade de endividamento dos Estados, das empresas e das pessoas. Os dois processos contribuem para a redução da rentabilidade dos investimentos capitalistas, prenunciando a situação de crise que se manifestará de forma contundente nos anos 1970, abrindo as primeiras manifestações contrárias ao Estado de Bem-Estar Social.⁸

A brusca elevação dos preços do petróleo em 1973 é o fator exógeno que detona a crise armada desde os anos 1960. Estados Unidos, desde a “Grande Sociedade” de Johnson e dos gastos com a Guerra do Vietnã, havia acentuado os gastos estatais sem recursos fiscais efetivos. Em 1973, Nixon rompe com a conversibilidade ouro do dólar e leva ao colapso os termos definidos em Bretton Woods, inaugurando a era das taxas flutuantes de câmbio, que criam condições para os movimentos especulativos do capital financeiro, agravados nos anos de 1980 e 90. Rompe-se, pois, um dos mecanismos de proteção à operação do dinheiro como mercadoria que os Estados Nacionais asseguravam desde a década de 1940.

A redução na atividade produtiva em praticamente todos os países capitalistas e o aumento do desemprego passam a vir acompanhados da permanência da inflação, combinação estranha às análises keynesianas, e favorecem a afirmação dos postulados neoliberais. Crescentemente os dilemas da economia capitalista passam a ser associados à “explosão de demandas”, aos gastos estatais, à excessiva regulamentação do mercado de trabalho e de capitais. Ganham peso as proposições de políticas *de oferta* e a contenção salarial como saídas para a situa-

A presença ameaçadora do comunismo, guindado à condição de sistema concorrente e o fortalecimento dos partidos de esquerda tornavam a pretensão norte-americana de impor um modo de regulação baseado no fluxo desimpedido de mercadorias e capitais uma aposta de alto risco

ção de crise. Acentuam-se as pressões para que no comércio mundial sejam reduzidas as barreiras de proteção para uma produção industrial incapaz de se escoar nos limites dos mercados internos dos países capitalistas centrais, ao passo que, no plano interno, a redução das contribuições sobre a folha de pagamentos, a retirada do Estado e a desregulamentação do mercado de trabalho passam a ser vistas como o remédio adequado para aumentar a competitividade das empresas num mercado que se pretende mais aberto.

Nos anos 1980, tais perspectivas alcançam êxitos diversos. A eleição de Thatcher na Inglaterra, em 1979, de Reagan nos EUA, em 1980, e de Kohl na Alemanha, em 1982, sinalizam os rumos da nova configuração de poder nos principais países capitalistas. Os países periféricos e o Leste, por seu turno, são tragados pela crise da dívida, que contribui para o colapso do ‘campo socialista’ e a expansão dos experimentos neoliberais na América Latina. Além disto, no interior dos países capitalistas centrais, por seu turno, um conjunto de mudanças econômicas alteram o equilíbrio de forças que dava sustentação às políticas de

proteção social. Capitaneados pelas novas técnicas de organização do processo de trabalho, que mitigam a rigidez taylorista, e pela introdução das tecnologias associadas ao desenvolvimento da microeletrônica, os investimentos na indústria passam a não mais repor os postos de trabalho perdidos.

A acentuação do emprego nos serviços, presente desde a Segunda Guerra, é acompanhada agora da progressiva redução da participação do emprego industrial – que se mantivera em níveis relativamente constantes nos trinta anos gloriosos – e do aparecimento do desemprego estrutural. Em diversos países tais mudanças afetam os índices de sindicalização, que se retraem, influenciando, pois, uma das dimensões do poder dos trabalhadores industriais. Ademais, acentuam a segmentação do mercado de trabalho, sinalizando para a existência de setores *incluídos*, absorvidos nos postos gerados pela produção realizada no âmbito do novo paradigma tecnológico, ao lado de setores que são absorvidos em ocupações de qualidade inferior, quando não totalmente fora do mercado.

A redução do peso específico dos trabalhadores industriais no interior dos países capitalistas e o malogro do socialismo real removem os principais fatores de contenção das pretensões de imposição de um modo global de regulação baseado no livre mercado. Além disso, reconstruída, a Europa torna-se parceira dos Estados Unidos neste intento. As proposições para liberalização do comércio e do fluxo de capitais ganham corpo na Rodada Uruguai do *General Agreement on Tariffs and Trade* (Gatt), que culminaria, na década de 1990, na criação da Organização Mundial de Comércio (OMC). Por seu turno, ganham peso as pressões para que os países periféricos promovam ajustes, combinando abertura

econômica, vinculação do valor de suas moedas ao dólar, redução do déficit público, privatizações, uma *Nova Política Econômica*, emanada do *Consenso de Washington*.

Os arranjos globais contemporâneos, promovidos e impostos pelos países capitalistas centrais por intermédio das agências multilaterais, reguladoras da economia mundial capitalista, resultam, pois, de uma correlação de forças nova, derivada do enfraquecimento do movimento operário e da ausência de desafios efetivos nas proposições de sistemas econômicos alternativos ou de redefinição do marco regulatório global, instituído com as pressões para a abertura dos mercados a partir dos anos 1980. Eles buscam reinstaurar o *moinho satânico* indicado por Polanyi. Porém, tal como ocorreu ao longo dos séculos XIX e XX, tendem a engendrar, da mesma forma, movimentos de autoproteção das sociedades ameaçadas pela sua operação.

O 11 de setembro, neste sentido, pode ser associado às disposições de autoproteção de uma certa identidade cultural, que não representa, entretanto, um *evento crítico* a sinalizar a proposição de uma nova ordem reguladora global. De fato, ele parece ser mais o efeito do *ópio do povo*, no sentido de *grito da criatura oprimida*, conforme consignou Marx.⁹ Operou como alguns narcóticos, como salientou Gramsci a propósito da confiança cega que até crenças laicas provocam, como as hipóteses catastróficas sobre o colapso econômico do capitalismo: *é provável que, neste caso, em última análise, revele-se inútil e contraproducente o método político de forçar arbitrariamente uma tese científica, para dela extrair um mito popular energético e propulsor: o método poderia ser comparado ao uso dos narcóticos, que criam um instante de exaltação das for-*

O 11 de setembro não representa um *evento crítico* a sinalizar a proposição de uma nova ordem reguladora global. Ele parece ser mais o efeito do *ópio do povo*, no sentido de *grito da criatura oprimida*. Operou como alguns narcóticos

*ças psíquicas e físicas, mas enfraquece permanentemente o organismo.*¹⁰

Difícil perceber os desdobramentos do 11 de setembro entre os países islâmicos. É provável que fortaleça posições mais intolerantes e a disposição para um conflito sem perspectivas contra a máquina de guerra norte-americana. No Ocidente provocou até uma indisfarçável simpatia em alguns círculos, mas seus efeitos são catastróficos. No limite, produziu o fortalecimento dos falcões norte-americanos e a legitimação da eleição de Bush, embora não se tenha efetivado a expectativa de uma longa retração dos movimentos contrários à globalização excludente, assim como não parece automática a adesão dos parceiros nacionais europeus às disposições belicistas do atual ocupante da Casa Branca.

Que alternativas há para as Nações periféricas diante da ordem que se busca impor sob a batuta do poder militar norte-americano, da chantagem do capital financeiro sobre as economias da periferia e da pressão das agências multilaterais? Sem considerarmos Cuba, a Venezuela de Chavez e a Argentina pós-Menem representam, na América Latina, casos polares. No primeiro, a tentativa de afirmação de uma identidade política – *bolivariana* – que revista a resistência à integração pas-

siva na ordem globalizada, materializada na restrição às privatizações e na utilização de recursos oriundos das receitas do petróleo para ações de teor redistributivo. A profunda dependência do petróleo, as fraturas políticas e sociais internas e o pequeno peso específico da economia e do Estado Nacional venezuelanos na economia mundial e no sistema mundial de Estados não parecem reservar a esta alternativa a capacidade de tornar-se referência para a edificação de um novo marco regulatório internacional. No caso argentino, verifica-se a expressão trágica de uma sociedade nacional que abdicou de se proteger, integrando-se plenamente ao marco regulatório firmado pelas agências multilaterais, e colocando-se sob o risco da decomposição.

Os movimentos de autoproteção das sociedades diante das ameaças à existência social, vinculadas à reiteração contemporânea do *moinho satânico* do livre mercado, não podem deixar de lidar com os fundamentos da irracionalidade do arranjo liberal, conectadas à presença de mercadorias fictícias – o trabalho, o dinheiro e a terra. Assim, se as identidades coletivas que se ergueram sobre a presença de uma extensa classe operária industrial perdem a razão de ser, com as mudanças gerenciais e tecnológicas que têm provocado profunda reconfiguração no mundo do trabalho, não há por que esperar que este não disponha de qualquer relevância como referência para o aparecimento de atores políticos que lidem com os problemas que a reconfiguração em tela e o processo de globalização engendraram. Como erguer sistemas de proteção social consistentes sem uma extensa rede de contribuintes assalariados? Como lidar com a dessintonia de um processo de globalização que alcança as mercado-

rias e os capitais mas se recusa ao trabalho?

Do mesmo modo, se a globalização financeira tem sido o tufão a devastar as economias nacionais periféricas, como prescindir do Estado Nacional – e de um outro sistema de regulação econômica global, definido pelo sistema internacional de Estados? Ademais, o Estado Nacional permanece sendo o principal abrigo para a proteção de elementos do mundo da vida radicados nas práticas culturais das comunidades nas quais os indivíduos nascem e se constituem como pessoas capazes de ação e de fala. Por fim, a idéia de uma cidadania global que não passe pela intermediação de Estados Nacionais democraticamente constituídos só pode desembocar em terrível pesadelo imperial.

O agravamento do problema ecológico trouxe à cena internacional o dilema associado à conversão da terra à condição de mercadoria. Neste caso, as ações de auto-proteção dispõem de caráter local e global. De qualquer forma, sem a presença de um sistema internacional de estados menos assimétrico que o atual, não alcançam plena eficácia as tratativas para seu enfrentamento. Se os Estados Unidos podem permanentemente evadir-se de colaborar, serão sempre acanhadas as iniciativas dos diversos tratados e conferências que se reeditam de forma frustrante.

Enfim, a irrupção de uma ordem institucional que pretenda impor a dinâmica do mercado auto-regulado desencadeia inevitavelmente ações de autodefesa. Nem todas tendem a conduzir as formas alternativas de regulação da economia global. No interior da ordem capitalista, a experiência vivida – os *trinta anos gloriosos*, dos anos 1940 aos anos de 1970 do século XX – indica terem papel de relevo as

Os movimentos de
autoproteção das
sociedades diante das
ameaças à existência social,
não podem deixar de lidar
com os fundamentos da
irracionalidade do arranjo
liberal, conectadas à
presença de mercadorias
fictícias – o trabalho, o
dinheiro e a terra

que se associam ao mundo do trabalho e à presença de Estados Nacionais fortes, capazes de alterar o equilíbrio de poder interestatal em que se sustenta aquela ordem institucional.

A eleição de Lula no Brasil abre um fecho de luz no horizonte. Em primeiro lugar porque o PT permanece sendo uma identidade política aberta. Seus elos com o mundo do trabalho, desde os documentos de fundação, não privilegiam um segmento específico deste. Desta forma, pode ser, de fato, um partido de *novo tipo*, para as condições do presente, e canalizar a múltipla configuração em que se expressa a identidade dos *trabalhadores* num mesmo instrumento político. Em segundo lugar, porque o PT tem se aproximado cada vez mais da Nação, como comunidade de sentimento que aspira revelar-se num Estado. O esforço de aproximação com o empresariado, especialmente aquele que perdeu posições com a inserção passiva do País na economia mundial nos últimos anos, exige uma fina sintonia na ação partidária para que não conduza à diluição de sua identidade. Entretanto, sem a contenção da disposição conspirativa do empresariado, sem sua colaboração, torna-se quase uma quimera almejar a redução das desigualdades e a

criação de um sentimento de coesão que permita ao País apresentar-se com a importância que pode alcançar na cena mundial, para liderar a proposição de um novo arranjo regulatório global. Por fim, dispondo em seu território da mais rica biodiversidade do planeta, com o peso que tem na economia mundial, o Brasil pode assumir papel de relevo na construção de um consenso internacional para garantia de um processo de desenvolvimento ecologicamente sustentado e socialmente justo. 

Ignacio Godinho Delgado, professor do Departamento de História e Diretor do Instituto de Ciências Humanas e de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

NOTAS

- 1 POLANYI, K. *A Grande Transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- 2 ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, New Jersey, Princeton University Press, 1990.
- 3 BENDIX, R. *Construção Nacional e Cidadania*, São Paulo, EDUSP, 1996.
- 4 RINGEN, S. *The Possibility of Politics: A Study in the Political Economy of the Welfare State*, Oxford, Clarendon Press, 1987.
- 5 SWAAN, A. *In Care of the State*, Cambridge, Polity Press, 1988.
- 6 FIORI, J. L. "Globalização, hegemonia e império" in FIORI, J. L. e TAVARES, M. C. *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*, Petrópolis, Vozes, 1997; PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- 7 DELGADO, I. G. *Previdência Social e Mercado no Brasil*, São Paulo, LTr, 2001.
- 8 MATTOSO, J., *A Desordem do Trabalho*, São Paulo, Scritta, 1995; PIORE, M.J. and SABEL, C.F. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, New York, Basic Books, 1984; TEIXEIRA, A. *O Ajuste Impossível*, Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1994; GOUREVITCH, P. *Politics in Hard Times*, Cornell University Press, 1986.
- 9 MARX, K. *A Questão Judaica*, São Paulo, Moraes, S. D.
- 10 GRAMSCI, A. "A Filosofia do Benedetto Croce", in *A Concepção dialética da História*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 244.

O *enfant terrible* da política externa latino-americana

Rafael Duarte Villa

"Um dos aspectos mais polêmicos e interessantes na recente crise venezuelana que culminou na deposição de Hugo Chávez e sua volta ao poder foi sem dúvida a posição dos Estados Unidos em relação ao frustrado golpe encabeçado pelo empresário Pedro Carmona. Porém, essa é uma temática que, para se compreender, precisa ser entendida como o momento de erupção de tensões progressivas acumuladas entre Washington e Caracas ao longo do mandato do controvertido mandatário venezuelano. É dessas tensões anteriores ao golpe de que se ocupa este artigo"

A gestão de Chávez tem sido polêmica. E não poderia ser de outra maneira. Nas democracias presidencialistas a figura do presidente define muito as características sobre as quais se sustenta a ação externa do corpo diplomático. Contudo, no caso de Hugo Chávez, esse traço tem-se apresentado de uma forma quase superlativa, gerando uma ênfase muito grande na diplomacia presidencial. Mesmo assim, isso pouco explica a posição dos Estados Unidos durante o desenvolvimento do golpe, que mostrou a burocracia externa do Departamento de Estado em contradição flagrante entre o apostolado internacional da democracia e seu posicionamento efetivo ante uma situação concreta de desestabilização institucional de um governante legitimamente eleito. O que explica esse *revival* de comportamento e justificativas próprias da Guerra Fria nos formuladores da política externa americana? Ou como explicar esse novo triunfo no ativo do realismo político hemisférico em detrimento da institucionalidade democrática?

Não é só a política interna que tem sido marcada pelo atual governante venezuelano. Também o têm sido a política externa. No aspecto operacional da política externa do período Chávez destaca-se a diplomacia presidencial que levou o mandatário venezuelano a visitar mais de vinte países em 1999 e quase trinta e cinco em

2001. No entanto, esse número crescente de viagens não significou que o cumprimento da agenda se materializasse em vantagens concretas para o país. Pouco acrescentaram os *tours* presidenciais de Chávez quanto à assinatura de acordos sobre novas inversões, termos de cooperação comercial, novos empréstimos ou transferência de tecnologia. Ora, certamente a agenda presidencial externa foi utilizada com certa eficácia como instrumento para marcar posição em relação a três objetivos nacionais: como uma ferramenta de *marketing* internacional do país e do próprio presidente para gerar uma imagem positiva em setores da comunidade internacional e especialmente para tentar acabar com as dúvidas em relação ao futuro democrático do país (dado o passado golpista de Chávez); para a defesa dos preços internacionais do petróleo, recurso de que o país é extremamente dependente; e, finalmente, para mostrar como um ator internacional de pequeno porte é capaz de ter uma política externa relativamente autônoma. Este último objetivo é a principal fonte de conflitos entre a administração de Chávez e Washington nos planos das relações bilaterais e multilaterais.

No nível das relações bilaterais, as boas maneiras e a etiqueta própria do discurso diplomático não conseguiram esconder alguns pontos de tensão entre os Estados Unidos e o governo

venezuelano. No início da gestão Chávez, a preocupação dos Estados Unidos relacionava-se com a possibilidade de uma ruptura institucional ou de uma radicalização autoritária na Venezuela. Mas essas diferenças aprofundaram-se quando o governo venezuelano pronunciou-se, em 1999, contra a possibilidade de uso do espaço aéreo nacional por aviões estadunidenses que visariam combater o tráfico de drogas. Nesse aspecto a administração Chávez destoou do governo anterior, de Rafael Caldera (1994-98), que no passado autorizou os vôos auspiciados pela Agência de Combate às Drogas dos Estados Unidos (DEA) sobre o território venezuelano, conquanto nunca tenha havido o reconhecimento oficial de tal fato. É importante lembrar que desde finais da década de 1990, quando os Estados Unidos deixaram a base Howard no Panamá, o Pentágono tem-se preocupado em desenvolver planos para utilizar os aeroportos das ilhas holandesas de Aruba e Curaçao para patrulhar a área pacífico-caribenha do hemisfério. Dada a contigüidade geográfica dessas ilhas com o litoral venezuelano, isso significaria o uso do espaço aéreo da Venezuela.

A negativa venezuelana sobre a utilização de seu espaço aéreo por parte dos aviões da DEA refletia, em primeiro lugar, a desconfiança de que tal permissão estivesse ligada à intenção americana de reforçar o Plano Colômbia – o qual é visto, a partir de uma leitura geopolítica da Venezuela, como uma possibilidade de militarização da região. Mas também essa negativa re-

fletia a preocupação das Forças Armadas venezuelanas com as contínuas manifestações de Washington de que os exércitos na América Latina deveriam ter entre suas principais funções no pós-Guerra Fria o apoio aos Estados Unidos na luta contra o narcotráfico. Setores militares da Venezuela pensam que essa função pode ser realizada com eficácia de maneira autônoma, prescindindo-se do apoio de Washington. Embora Chávez não tenha feito estritamente das Forças Armadas seu *party's government*, foi cuidadoso em atender a essas demandas da instituição castrense, para não acelerar um processo interno de desgaste que já dava seus primeiros sinais de estar acontecendo desde inícios de 2001.

Coerente com esse tipo de pensamento, o governo venezuelano propôs, durante o ano de 2000, a criação de um exército latino-americano que viria a substituir o obsoleto Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), e que destoava bastante da posição dos Estados Unidos sobre os meios mais eficazes para atingir a segurança hemisférica. No substantivo foi esse primeiro *round* que começou a tensionar as relações de Washington com Caracas na administração Chávez. Por sua vez, as suspeitas de funcionários dos Estados Unidos de que a administração Chávez, além de sua proximidade com Cuba, mantinha fortes vínculos ideológicos e logísticos com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), criavam um ambiente bastante tenso entre ambos os países (além, claro está, também com o próprio governo colombiano de Andrés

Pastrana, que não por acaso apressou-se no reconhecimento do frustrado golpe de Pedro Carmona).

No âmbito bilateral outro tema que preocupa Washington é o aprofundamento das relações entre a Venezuela e o Brasil. O objeto dessa preocupação é a convergência de visões desses dois países em torno da Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) para a América Latina. Em relação ao Brasil, a Venezuela vem dando prioridade a suas possibilidades de integração no Mercosul – como reconhece abertamente um documento oficial da chancelaria venezuelana, especialmente pela significação estratégica do Brasil e pelas *aspiraciones nacionales de ingresar en el Mercosul* (Documento: Ministério de Relaciones Exteriores, Caracas – *Cien días de gestión*). Assim, a diplomacia presidencial tem sido ativa em relação ao Brasil (já somam sete os encontros bilaterais entre Chávez e Cardoso nos últimos três anos). Mas o que preocupa Washington é que ambos os países visualizam na iniciativa americana de livre-comércio a possibilidade de enfraquecimento dos processos de integração sub-regional, como o Mercosul e o Pacto Andino, assim como a possibilidade de as respectivas indústrias e moedas nacionais verem-se negativamente afetadas pela maior competitividade dos produtos americanos. Daí o interesse recíproco brasileiro-venezuelano em adiar o mais possível a entrada em vigor do cronograma da Alca. Nas suas frequentes viagens ao exterior, o presidente Chávez tem utilizado o conceito de mundo multipolar. Dentro dessa



visão chavista, (*Norteamérica y Sulamérica son bloques separadas*), rejeitam-se implicitamente os planos dos Estados Unidos de integrar o Chile e a Venezuela no *North American Free Trade Agreement* (Nafta) sob os termos desejados por Washington. É previsível então que a *joint venture* diplomática brasileiro-venezuelana tenderá a aprofundar-se proporcionalmente à insistência norte-americana na aplicação das cláusulas democráticas pensadas a partir de organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Alca.

É exatamente no campo multilateral da OEA e em relação às cláusulas democráticas que as diferenças entre Washington e Caracas também se manifestam de maneira bastante séria. O foco de tensão, desta vez, foi em torno da chamada Carta Democrática, mecanismo aprovado pela OEA em

2001 e que coroa um processo de institucionalização de cláusulas que condenam a ruptura democrática em países do Continente. Essa Carta define a democracia representativa como a forma de governo sob a qual deveriam organizar-se institucionalmente os sistemas políticos do Continente. Contrário a esse conceito proposto por Washington, o governo de Caracas vinha propondo, nos dois últimos anos, o conceito de “democracia participativa”. O objetivo da diplomacia venezuelana era dar cobertura a seu processo político interno e recobri-lo de legitimidade. Tal processo vinha desenvolvendo-se desde 1999, e os porta-vozes oficiais o denominam de “prática da democracia participativa”. Há que se lembrar que em menos de um ano foram feitos mais de três referendos que permitiram a Chávez minar as bases dos partidos tradicio-

nais venezuelanos, Acción Democrática e Copei. Da mesma maneira, a nova Constituição venezuelana, feita em pleno apogeu da maioria chavista na constituinte de 1999, estabelece uma série de matérias que devem ser submetidas ao plebiscito popular.

Orientado pelo princípio de que o povo integrado como nação constitua poder soberano podia romper revolucionariamente com o regime jurídico, político ou socioeconômico que não se adequasse às suas aspirações ou que fosse obstáculo ao seu progresso, ele convocou um referendo para votar nova Constituição, aprovada por 71,21% dos eleitores, mudando as estruturas políticas e jurídicas e o nome do país para República Bolivariana de Venezuela. Essa Constituição rompeu o modelo democrático tradicional, dentro do qual durante 42 anos, dois partidos – Acción Democrática, de ten-

A agenda presidencial externa foi utilizada com três objetivos: ferramenta de *marketing* internacional do país e do próprio presidente; defesa dos preços internacionais do petróleo; mostrar como um ator internacional de pequeno porte é capaz de ter uma política externa relativamente autônoma

dência social-democrata, e Copei (democrata-cristão) de centro-direita – repartiram o poder.

Objetivava a diplomacia venezuelana evitar que, em perspectiva, o próprio princípio de democracia representativa se institucionalizasse no subsistema diplomático da OEA como um instrumento neo-intervencionista nos assuntos internos do Estado venezuelano ou de outros estados – possibilidade que já se havia apresentado no caso das eleições peruanas de 2000, quando os Estados Unidos pressionaram os governos da região para que o processo eleitoral fosse considerado ilegítimo. Como reconhece um observador, *os EUA preferem o conceito mais limitado e mundano de democracia representativa centrada em eleições e partidos políticos, oposto à democracia participativa que enfatiza as assembléias populares, movimentos sociais e contínuos referendos.*

Conseqüentemente, a proposta da Carta Democrática com ênfase na democracia representativa estimulada por Washington podia colocar um limite ao mecanismo de democracia plebiscitária, que com extrema eficácia permitiu a Chávez enfraquecer as elites partidárias tradicionais na Venezuela. Entretanto, a Assembléia Geral da OEA, em reunião extraordinária do segundo semestre de 2001 em Lima, não só rejeitou o conceito de democracia participativa como também assumiu plenamente o conceito de democracia representativa. A aprovação da Carta Democrática nos termos conceituais de Washington significou a principal derrota da diplomacia chavista no campo

multilateral e aprofundou o mal-estar entre Washington e Caracas.

Mas os atritos de Washington em relação a Caracas, no campo multilateral, já eram anteriores à discussão da Carta Democrática da OEA. Nesse âmbito, já desde o início de sua gestão o governo Chávez indicava a possibilidade de uma ação externa não atrelada a Washington. Dois exemplos ajudam a clarear essa percepção. Distanciando-se de Washington, a Venezuela invocou como prioritária a ação da ONU para atingir uma solução negociada no conflito do Kosovo em 1999, tendo, nesse mesmo ano, na Comissão dos Direitos Humanos da mesma ONU, votado contra o relatório da Comissão que condenava o estado vigente dos direitos humanos na China, Cuba e Iraque (voto aliás subsequentemente reiterado). O voto contrário ao relatório era uma mudança da diplomacia venezuelana, que trocava assim a posição de abstenção mantida pelas administrações anteriores. Evidentemente, o parecer do relatório refletia a posição dos Estados Unidos sobre a situação dos direitos humanos naqueles três países.

No entanto, os momentos de maior tensão nas relações Estados Unidos–

Venezuela na atual administração ocorreram primeiro na visita do presidente Chávez a Saddam Hussein e Muamar Kadafi no ano de 2000, e depois com o posicionamento inicial do governo da Venezuela diante dos bombardeios ao Afeganistão no segundo semestre de 2001. Quanto a Saddam e Kadafi, catalogados pelos Estados Unidos como governantes de Estados delinquentes (*rogue States*), certamente tal visita estava mais relacionada com a diplomacia do petróleo que com afinidades políticas e ideológicas propriamente ditas. A diplomacia presidencial de Chávez, é importante lembrar, tem dado especial importância à agenda petrolífera internacional, dada a estreita dependência da Venezuela das divisas que entram devido ao seu principal recurso de exportação. Como admite o Banco Central da Venezuela, a base monetária, a liquidez, as reservas internacionais, as metas orçamentárias e a capacidade de importação estão vinculadas em 80% ao comportamento dos preços internacionais do petróleo.

Reativar o papel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) na fixação de cotas de produção e de preços internacionais foi uma das metas mais bem sucedidas da diplomacia de Chávez. Em reconhecimento a esse ativo papel a Opep eleveu a Venezuela, em 2001, à condição de presidente da organização. Assim, as visitas a países produtores de petróleo, entre os quais Iraque e Líbia, transformaram-se em elemento-chave da diplomacia venezuelana do petróleo. É no âmbito dessa motivação que

Outro tema que preocupa Washington é o aprofundamento das relações entre a Venezuela e o Brasil. O objeto dessa preocupação é a convergência de visões desses dois países em torno da Alca para a América Latina. Em relação ao Brasil, a Venezuela vem dando prioridade a suas possibilidades de integração no Mercosul

se poderia explicar a iniciativa diplomática, altamente arriscada, do presidente Chávez ao transformar-se no primeiro mandatário de outro país a visitar oficialmente o Iraque de Saddam Hussein desde a Guerra do Golfo. Foi um movimento arriscado, mas certamente não se tratava de uma provocação gratuita do presidente venezuelano – e assim deve tê-lo entendido o Departamento de Estado, em que pesem suas críticas e advertências a Chávez. Isso aconteceu ainda durante a administração Clinton, mas é claro que o novo *staff* do Departamento de Estado no governo de George W. Bush não esqueceria esse gesto de marcada autonomia (e até afronta) por parte da diplomacia venezuelana.

Em relação aos bombardeios ao Afeganistão, que decorreram do ataque terrorista ao *World Trade Center*, o presidente Chávez novamente mostrou sua face de *enfant terrible* da política externa latino-americana. Em princípio a posição venezuelana, manifestada oficialmente pelo próprio Chávez, foi de que “não se podia combater terror com mais terror” (*El Nacional*, 30/10/01), em alusão direta ao fato de que os bombardeios americanos estavam ocasionando um alto número de vítimas entre a população civil daquele país. Obviamente isso produziu uma reação imediata de Washington, que chamou sua embaixadora em Caracas para consultas. A posição venezuelana provocou também duras críticas entre setores republicanos do Congresso dos Estados Unidos, que passaram a pedir uma imediata revisão das relações entre ambos os

países; no entanto, esses mesmos setores fizeram questão de personificar a posição venezuelana no presidente venezuelano. Como enfatizou um representante republicano, “este é o mesmo presidente Chávez que foi o primeiro chefe de Estado a desconhecer as sanções multilaterais contra o Iraque, ao visitar a Saddam Hussein depois da Guerra do Golfo” (*Ibid*).

O precipitado posicionamento venezuelano, num momento internacional desfavorável, foi amortizado com novos pronunciamentos oficiais do governo na ONU e no Grupo dos 77. Mas mesmo com esse recuo sensato a diplomacia venezuelana deixou claro, para irritação crescente de Washington, que o combate ao terrorismo devia “estar limitado no tempo” e “não ser contrário às normas do direito internacional” (Ministério de Relaciones Exteriores).

No caso dos bombardeios ao Afeganistão pode explicar-se a atitude da diplomacia venezuelana ante Washington como um exemplo no qual os *decision makers* da política externa não compreendem claramente quais são as limitações e quais as conse-

quências da ação autônoma de um pequeno ator internacional num mundo de polaridades assimétricas, isto é, a incompreensão de quais são os constrangimentos externos de uma política externa apegada a princípios. Porém, a diplomacia americana tem também, ante as ações e o discurso da diplomacia chavista, seus constrangimentos, sobretudo pelo fato de a Venezuela ser o principal fornecedor de petróleo dos Estados Unidos no Hemisfério. Se a Venezuela depende bastante do mercado estadunidense para efeitos de exportação e importação de bens, não é menos certo que os Estados Unidos ainda não conseguiram estabelecer sócios comerciais mais regulares no Continente para o abastecimento petrolífero, como poderiam ser os casos do México, Canadá ou Equador. Certamente que esses constrangimentos têm a ver com a melhor qualidade do petróleo venezuelano em relação a seus concorrentes petrolíferos do hemisfério, mas principalmente relacionam-se ao fato de que ações de retaliação mais duras em relação à Venezuela encontram um freio nas necessidades e pressões do setor privado americano do petróleo. Há que ser lembrado que esse setor tem permanecido vinculado à exploração e à comercialização do recurso venezuelano por mais de oitenta anos. E não é desprezível o fato de que os *decision makers* da diplomacia americana na administração de George W. Bush vêm sendo bastante sensíveis aos *lobbies* da indústria petrolífera.

De outro lado, a diplomacia ativa de Chávez tem cuidado bastante bem

A diplomacia ativa de Chávez tem cuidado bastante bem de manter qualquer diferença diplomática no nível governamental, deixando de fora possíveis posicionamentos contra os setores privados americanos com interesses na Venezuela

de manter qualquer diferença diplomática no nível governamental, deixando de fora possíveis posicionamentos contra os setores privados americanos com interesses na Venezuela. Contrário a outras lideranças populistas e nacionalistas do passado, no entanto, a aparente radicalidade de seu discurso "tem evitado cuidadosamente a retórica antiestadunidense". Da mesma maneira, e também contrariamente ao que se poderia esperar de um discurso nacionalista, as privatizações das empresas estatais feitas antes da chegada de Chávez ao poder foram mantidas e os compromissos com os bancos americanos amplamente honrados. Essas limitações derivadas do jogo de interesses comerciais privados podem explicar então os esforços de Washington em centralizar na figura presidencial de Chávez a responsabilidade pelos momentos de tensão entre ambos os países. Dessa maneira podem-se entender as declarações do Secretário de Estado Collin Powell feitas no início deste ano, segundo as quais "os Estados Unidos não gostavam de Chávez". De qualquer forma, os Estados Unidos (de finais do governo Clinton e inícios do governo Bush) preferiram adotar a política cautelosa de "esperar para ver" a partir para um confronto aberto com o governo de Chávez.

Mas a política de "esperar para ver" já mostrava indícios de esgotamento no final do governo Clinton. O primeiro indicativo disso foram as declarações do então Subsecretário de Estado para Assuntos Latino-Americanos dos Estados Unidos, Peter Romero, que afirmou para jornais espanhóis que

"Na Venezuela não se vê um governo que mande: só plebiscitos, referendos e mais eleições. Eles nos dizem para esperar, mas nós os gringos não somos conhecidos exatamente por nossa paciência". Um dado importante que marca o fim dessa política veio, sem dúvida, com a nomeação de Juan Otto Reich na administração republicana de Bush para ocupar o posto de Romero. Ex-embaixador em Caracas durante os anos Reagan, Romero é um típico diplomata de ótica ideológica e geopolítica remanescente do anos da Guerra Fria, sobressaindo-se por seu anticastroismo exacerbado. Assim, a combinação crescente de tensões bilaterais e multilaterais acumuladas nos três anos da administração de Hugo Chávez, assim como a mudança ideológica e institucional nos *decision makers* para assuntos latino-americanos operada na administração Bush, preparam as condições para assumir um posicionamento oficial que nos leva de volta aos dias de Reagan, quando os Estados Unidos assumiam, sem constrangimento algum, o apoio a governos autoritários.

Ora, o impasse entre Estados Unidos e o governo da Venezuela na administração de Hugo Chávez leva-nos à questão sobre se atores de pequena

influência nas relações internacionais devam arriscar políticas autônomas que acabem tendo altos custos políticos. Na verdade esse é um problema que tem sido malapresentado na análise da política externa dos pequenos atores estatais ou de atores de porte médio no sistema internacional. O problema não é que não se deva ser arrojado em política externa por ser um ator irrelevante, mas sim saber qual é o momento adequado em que é possível ter essas posições autônomas. A prudência deve ser levada em conta no cálculo dos atores pequenos. Isso não esteve presente em alguns pronunciamentos oficiais venezuelanos em momentos decorridos do 11 de setembro.

Mas, de outro lado, a posição de Washington, justificando o golpe pelos erros políticos de Chávez, significou uma mudança muito interessante no equilíbrio ideológico que os Estados Unidos conseguem manter entre democracia e interesses geopolíticos hemisféricos, quando seus formuladores da política externa ficam tomados pelos velhos fantasmas da Guerra Fria. O episódio Chávez revelou que ante o tema da democracia os Estados Unidos podem passar a comportar-se como qualquer velho caudilho populista latino-americano: a promessa da promoção da democracia pode ser rapidamente esquecida. Isso é altamente relevante e preocupante para o futuro democrático do Continente. ■

Rafael Duarte Villa, professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da USP. Publicado em *Conjuntura Política* n. 35; publicação conjunta da Ass. Bras. de Ciência Política e do Depto. de Ciência Política da UFMG.

Sonhar é possível e necessário

Cândido Grzybowski

À lógica do mercado sucede a lógica do terror destrutiva dos inimigos da primeira. Esta, a do terror, torna urgente o refazimento da Democracia como prática e "base de outra globalização". Opor a democracia excludente à Democracia Incluyente. O Fórum Social Mundial torna Porto Alegre muito mais sagrada que Davos

Estranho momento que vivemos, com muito desencontro, perplexidade, insegurança e, apesar de tudo, vontade de mudar. Grandes movimentos tomam a nossa atenção: a ascensão do movimento de contestação da (des)ordem existente e a radicalização de posições políticas; a universalização da consciência dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, as respostas fundamentalistas sectárias e isolacionistas; os atentados terroristas ousados e a resposta vingativa do poder imperial sobre um povo inteiro; a destruição mútua dos povos israelense e palestino; o acirramento de posições e a falta de consensos mínimos na agenda global; a dramática crise econômica e política da Argentina; o estouro da bolha especulativa do "cassino global" que se tornou o mundo; o unilateralismo dos Es-

tados Unidos da América pondo em evidência as fraturas e fragilidades do sistema multilateral; a esperança de que "um outro mundo é possível" expressa na pujança do Fórum Social Mundial. Enfim, vão se manifestando acontecimentos e processos, mais de ruptura do que de encontro, mostrando que estamos diante de uma nova era de incertezas. Os mesmos fenômenos são vistos de forma radicalmente diferente por uns e outros. Trata-se, sem dúvida, de uma crise, cujo componente fundamental se situa nas idéias, nas visões, nos significados que atribuímos aos acontecimentos, nos projetos que cimentam a vontade política de fazer. Enfim, crise de hegemonia no exato sentido de crise na ordem da legitimação de relações humanas, de processos econômicos e culturais, de estruturas sociais e de poder dominantes. Os consensos que criam um estado de ordem e normalidade parecem desfazer-se.

No epicentro da crise com suas múltiplas dimensões está a globalização promovida pelo neoliberalismo. A tarefa urgente e inadiável é mudar o rumo a que nos leva a globalização. O problema é que a globalização dominante assenta-se em uma lógica essencialmente antidemocrática, da supremacia do mercado e dos interesses econômico-financeiros sobre os direitos. Para mudar a globalização que aí está, não basta democratizá-la. É preciso construir a cidadania e a democracia global como alternativas a ela. Não é possível pensar simplesmente

na instituição de uma governança global democrática para corrigir-lhe os efeitos perversos. A globalização dominante, fundada numa lógica que prioriza os mercados e a economia, é incapaz de garantir os direitos de cidadania para todos no mundo. Em sua essência, a globalização é excludente, cria relações e estruturas que excluem econômica, cultural e politicamente grandes contingentes da humanidade. A democracia, pelo contrário, tem como força motriz a inclusão nos direitos pelo canal da ativa participação dos próprios cidadãos e cidadãs. Diante disto, a maior democratização uma democratização em escala planetária, como resposta à globalização dominante, passa pela transformação da própria globalização em que uma perspectiva de cidadania global se sobrepõe aos mercados globais e aos interesses econômicos privados. Democracia como base de outra globalização é um projeto necessário e possível para fazer frente à exclusão, desigualdade social e destruição ambiental e para um desenvolvimento humano sustentável. A lógica do terror e da guerra, neste momento, só torna tal tarefa mais urgente. Este é meu ponto de partida.

É preciso que se veja bem a tensão entre democracia e globalização. A contradição que está na origem de tal tensão tem a ver com a radicalização do divórcio entre economia e sociedade provocado por esta forma de capitalismo, na sua versão globalizada. As relações, estruturas e processos econômicos da globalização levam ao limi-



Lilian Bento/II Ciranda



Flagrantes da marcha de abertura do 2º Fórum Mundial Social, janeiro de 2002

te extremo a subordinação das sociedades humanas às necessidades dos processos econômicos, a subordinação dos direitos humanos ao hegemônico direito do livre comércio. De um ponto de vista humano, a globalização é um dos modelos econômicos mais ineficientes. Produz-se muito, como nunca, com muita eficiência econômica, geram-se recursos inimagináveis, mas, ao mesmo tempo, pioram as condições de vida de grandes setores da população. É um sistema que serve para acumular riquezas nas mãos de poucos grupos econômicos globalizados e de uma parte privilegiada da humanidade, mas não bem-estar em escala glo-

bal. Em síntese, uma tal globalização funciona como condicionante limitadora da própria democracia, entendida como relações econômicas, políticas e culturais centradas na promoção da liberdade e dignidade humanas.

Com a globalização e as enormes capacidades produtivas por ela desencadeadas, pela primeira vez fica claro que o problema econômico essencial não é a escassez de recursos para atender necessidades. Ou seja, estamos diante de uma mudança fundamental em termos de civilização. Hoje, se alguém passa necessidade — fome, por exemplo — não é mais por falta absoluta dos recursos no mundo, mas por

causa da desigualdade no acesso aos recursos que as sociedades têm. Simplesmente, o problema econômico essencial não é prioritária e basicamente de produção de bens e serviços, de forças produtivas e de crescimento enquanto tal. Estamos diante de um fundamental problema de gestão social da riqueza que podemos produzir em escala global. A própria possibilidade da democracia muda neste contexto.

Estamos diante de uma encruzilhada de civilização e não só de um problema econômico como nos querem fazer crer. Pela primeira vez, não é a escassez o nosso problema, mas o modo de produção e distribuição da abundância. Ou seja, a desigualdade social, expressa como desigualdade econômica no acesso e uso dos recursos naturais e dos bens e serviços produzidos, é na verdade um problema de poder político.

A proposta única da globalização pelas grandes corporações econômico-financeiras através dos mercados, tendo como concepção legitimadora o neoliberalismo, após duas décadas de hegemonia, vê-se contestada por poderoso movimento de opinião também global. Revertendo-se as expectativas rapidamente. Em muito pouco tempo, a crescente e desordenada insatisfação social com os rumos da globalização acabou decantando coalizões e redes com grande capacidade de aglutinação e mobilização, forjando uma nova onda de aspirações e ideais coletivos, em confronto direto com a proposta de tudo pelo mercado.

O Fórum Social Mundial é parte deste processo. A sua curta trajetória é reveladora da mudança de expectativas em curso quanto à globalização. Como Fórum, o seu objetivo é exatamente permitir a construção da agenda global no diálogo entre a diversidade de redes civis, campanhas públi-

cas, alianças e coalizões que, em suas especificidades e diferenças, se contrapõem à globalização dominante. Oportuno por isto foi se constituir como anti-Davos, contra as idéias e perspectivas que emanam do Fórum Econômico Mundial. Assim foi em 2001, no I Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, que surpreendeu pela novidade e potencialidade. Novamente, no II Fórum Social Mundial, novamente em Porto Alegre, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, a adesão à idéia do Fórum e o grande impacto na mídia em termos mundiais acabaram invertendo as coisas. Apesar de apenas existir há dois anos — quase nada em relação aos 32 do Fórum Econômico Mundial de Davos — o Fórum Social Mundial de Porto Alegre parece estar ditando a agenda. Quem precisa ser contra agora — anti-Porto Alegre — são eles, os de Davos.

Gostemos ou não, o fato é que o Fórum de Porto Alegre virou referência global para uma emergente perspectiva de que “outro mundo é possível”. Isto é pouco? Suficiente certamente não é. Mas passar a acreditar coletivamente que não estamos condenados a virar um grande cassino, nas mãos das grandes corporações econômico-financeiras que mercantilizam a vida e especulam sobre seres humanos e povos inteiros, desperta enormes energias criativas. Uma contundente resposta à globalização dominante pelo Fórum Social Mundial foi demonstrar que expressões diversas de cultura, de canto e de dança, com muita emoção, são constitutivas de outra globalização, fundada nos princípios éticos da solidariedade humana, com liberdade e igualdade, na diversidade de culturas, desejos e situações em que vivemos.

O Fórum Social Mundial está engajado na construção de uma perspec-

A tarefa urgente e inadiável é mudar o rumo a que nos leva a globalização. O problema é que a globalização dominante assenta-se em uma lógica essencialmente antidemocrática, da supremacia do mercado e dos interesses econômico-financeiros sobre os direitos

tiva social, democrática e sustentável, da economia e da globalização que sirvam para promover a liberdade e a dignidade humanas. Não ao direito absoluto do comércio e dos mercados! A necessidade do momento é radicalizar a perspectiva de todos os direitos humanos a todos os seres humanos, como fundamental prioridade capaz de dar conta da nova consciência de humanidade. Romper o divórcio entre economia e sociedade, entre economia e natureza, entre natureza e sociedade, são tarefas centrais na construção de uma agenda global promotora da cidadania planetária.

Os desafios estratégicos para o Fórum Social Mundial são de monta. A agenda global e cidadã depende exatamente da força da diversidade social e cultural e das múltiplas respostas que dela emanam como contrapropostas ao pensamento único da globalização dominante. A especificidade do Fórum reside na capacidade de construir o espaço necessário de encontro, diálogo e troca entre redes e movimentos globais, fundado no respeito e fortalecimento da sua própria diversidade e autonomia. O maior desafio é a construção de pontes de convergência na diferença. Isto apenas começa a ser

inventado. Mas os resultados e impacto não vê quem decididamente está de outro lado da trincheira ou, pior, é dos que não crêem na diferença que faz a sua participação cidadã na definição do rumo que o mundo toma. Estar entre os que acreditam que outro mundo é possível já é muito gratificante e estimula a gente a pôr o melhor de si para ver a onda crescer.

Mas com tudo o que vem ocorrendo, por que e como o Fórum Social Mundial pode contribuir para radicalizarmos a democracia e, com paz, enfrentarmos o momento de crise de hegemonia? No quadro atual, o Fórum não passa de uma oportunidade para muitos de retomar a iniciativa e reafirmar a legitimidade da contestação e do direitos de busca. O Fórum Social Mundial tem força neste momento por representar um apelo à consciência e à vontade coletiva de amplos setores da emergente sociedade civil mundial para dizerem não à violência e serem artífices da própria história. O Fórum não tem propostas feitas, fórmulas salvadoras, soluções únicas. É apenas um movimento em busca de respostas democráticas e sustentáveis. É em si mesmo uma forma de mover-se para ver lá longe as múltiplas alternativas possíveis que, no entanto, estão contidas no aqui e no agora. Alternativas de um mundo humano em escala planetária, que não sejam de mais destruição ambiental, de mais desigualdade social, de mais violência e morte. Mundo de paz, de liberdade e dignidade humanas, de bem entre nós e com a base natural da vida, para nós mesmos e para as gerações futuras. Projeto ousado? Sem dúvida! Trata-se de não perder a esperança, de sonhar e agir. Viver, enfim!

Cândido Grzybowski, sociólogo, diretor do Ibase.

Interesses norte-americanos na crise argentina

Luiz Alberto Moniz Bandeira

O Brasil é uma economia de tendências perigosas, embora "discreto na aparência", e o texto denuncia a tática maquiavélica de opô-lo a outros países a fim de que a política comercial possa atingir mais facilmente os objetivos de "sustentar a prosperidade dos Estados Unidos da América", os empregos e a riqueza das companhias norte-americanas

É possível, segundo hipótese levantada por um acadêmico norte-americano, que a abrupta retirada do apoio à Argentina pelo governo de Washington tenha sido influenciada pela oposição dos Estados Unidos ao crescimento da economia brasileira e ao propósito de Brasília de participar das negociações para a formação da Área de Livre Comércio da América (Alca) em posição de força, baseada no Mercosul. O enfraquecimento da Argentina representa uma forma indireta de retardar o crescimento do Brasil. A percepção no exterior é de que Brasil e China são os dois únicos grandes países que atualmente mais resistem à hegemonia dos Estados Unidos. E atualmente em Washington não há ilusões quanto ao afastamento cada vez maior do Brasil, "discreto na aparência, perigoso na tendência", conforme a expressão usada por Oliveiros S. Ferreira, ao analisar as tendências do regime militar, já em 1967, fim do governo do marechal Humberto Castelo Branco.

Desde a queda do Governo Juan Perón, em 1955, os Estados Unidos trataram freqüentemente de instrumentalizar a Argentina contra o Brasil, sobretudo durante o governo da dupla Carlos Menem-Domingos Cavallo. E uma das preocupações dos formuladores da política hemisférica norte-americana é a de que a Argentina venha a reforçar a tendência para o

protecionismo, que pode não haver no governo brasileiro, mas avança na consciência nacional, sobretudo depois da crise na Argentina, o que dificulta as negociações para a criação da Alca. Este, o principal nervo do conflito entre os Estados Unidos e o Brasil. A Alca, conforme o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, um dos responsáveis pela negociação dos acordos de integração Brasil-Argentina, em 1986/1987, várias vezes denunciou, constituiu parte da estratégia de manutenção da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, "que realizariam seu desígnio histórico de incorporação subordinada da América Latina a seu território econômico e à sua área de influência político-militar". "A Alca levará ao desaparecimento do Mercosul" – Samuel Pinheiro Guimarães advertiu. E pouco tempo depois, em seminário realizado na Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), afirmou que a decisão da Argentina de eliminar as barreiras alfandegárias para bens de capital, desrespeitando a tarifa externa comum, criava a oportunidade para o Brasil avaliar, por antecipação, os efeitos da Alca.

O governo brasileiro sabia que a percepção do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães era correta. Porém, uma vez que muitos países tinham ilusão na Alca, imaginando aumentar suas vendas aos Estados Unidos, pre-

feriu outra tática, para que o Brasil não fosse acusado de sabotar as negociações. Julgou melhor continuar as negociações e lançar sobre os Estados Unidos a culpa pelo fracasso, porquanto eles não iriam atender às exigências nem do Brasil nem da Argentina nem dos demais países da América do Sul, como o *Trade Power Authority* (TPA) aprovado pela Casa dos Representantes demonstrou. Os Estados Unidos nunca realmente tiveram condições – nem a intenção – de abolir as barreiras protecionistas não-tarifárias, sobretudo contra os produtos agrícolas, devido aos enormes interesses econômicos e políticos, que internamente elas envolvem.

Não sem razão o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou que, “se as condicionantes forem levadas ao pé da letra significa que não haverá Alca”. Sim, decerto, não haverá Alca. O Congresso norte-americano manteve os subsídios à agricultura e a legislação *antidumping*, que tanto afeta as vendas de produtos manufaturados, entre os quais os produtos siderúrgicos, exportados pelo Brasil e que já foram obstaculizados pelo aumento das tarifas imposto pelo presidente George W. Bush. Os Estados Unidos, portanto, não farão as concessões esperadas nem o presidente Fernando Henrique Cardoso nem qualquer que seja seu sucessor aceitará negociar uma área de livre comércio com os Estados Unidos em termos que não só não atendem como contrariam interesses econômicos, comerciais e estratégicos do Brasil. Também por motivos semelhantes o TPA não só não beneficia como tende a prejudicar a Argentina, assim como os demais sócios do Mercosul, o Paraguai e o Uruguai, que ainda tinham ilusões na Alca.

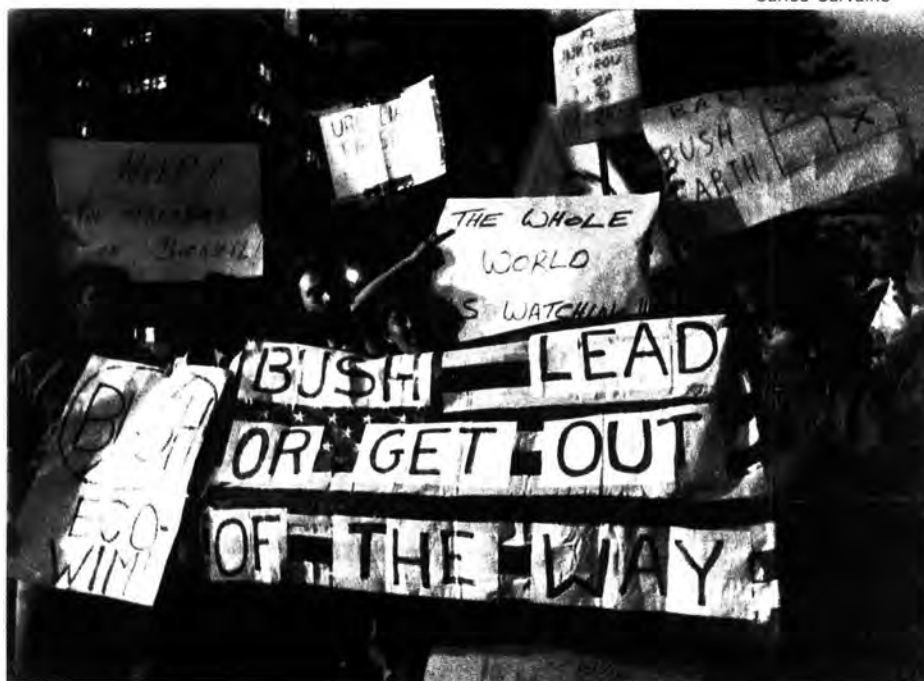
Desde a queda do Governo Juan Perón, em 1955, os Estados Unidos trataram freqüentemente de instrumentalizar a Argentina contra o Brasil, sobretudo durante o governo da dupla Carlos Menem–Domingos Cavallo

O objetivo norte-americanos, com a formação da Alca, é consolidar as medidas ultraliberais, forçar uma abertura unilateral das economias latino-americanas, de modo a obter mais vantagens comerciais, maiores reduções de barreiras às suas exportações e a seus capitais, i. e., obter concessões Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt-plus). Destarte, poderá fomentar suas exportações em 30%, de modo a assegurar o crescimento do seu PIB a uma taxa de 4 a 4,5% ao ano, bem como compensar o déficit comercial com outras regiões, às custas dos países latino-americanos, induzindo-os

gradualmente a adotarem o dólar, como a única moeda no hemisfério, cuja emissão e circulação estarão sob seu exclusivo controle. Com efeito, o acesso privilegiado aos mercados da região, mediante o estabelecimento da Alca, poderá compensar prejuízos decorrentes da perda de competitividade dos produtos norte-americanos, que em várias categorias não têm condições de concorrer diretamente com os exportados pela União Européia, que suplantam os Estados Unidos no comércio com os países do Mercosul, ou pelo Japão e pela China.

O maior interesse dos Estados Uni-

Carlos Carvalho



Recado para Bush “pai” em 1992: válido em 2002?

dos, para a formação da Alca, concentra-se principalmente no Mercosul, que tem um PIB de US\$ 1,0 trilhão, equivalente a mais da metade do PIB de toda a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento Industrial (Aladi), da ordem aproximada de US\$ 1,7 trilhão, em 1999, e representava 10,3% do mercado das Américas. Sem o Mercosul, e em especial, sem o Brasil, a Alca representará um ganho relativamente pequeno de mercado para os Estados Unidos. O próprio embaixador Robert Zoellick, US Trade Representative (USTR), ao declarar que um dos objetivos da administração do presidente George W. Bush era forjar o livre comércio com todas as nações do Hemisfério, por meio da Alca e de outros acordos que estavam em negociação, citou que “o Brasil, por exemplo, tem a maior economia na América Latina e o nosso comércio reflete isso”. E aduziu que o presidente George W. Bush salientou que “a América está certa em dar boas-vindas ao comércio com a China, mas nós exportamos mais para o Brasil”.

De fato, as exportações de produtos norte-americanos para o Brasil triplicaram nos anos de 1990, saltando de US\$ 5,0 bilhões em 1990 para US\$ 15,3 bilhões em 2000, valor equivalente a três quartos das exportações destinadas a todos os demais países da América do Sul, inclusive Guiana e Suriname, e três vezes maior do que as exportações para a Argentina, que pularam de US\$ 1,1 bilhão, em 1990, para US\$ 4,6 bilhões em 2000 (dados da Aladi). Mas ao longo desses cinco anos, de 1996 a 2000, o Brasil acumulou um total de cerca de US\$ 18,6 bilhões de déficit na balança comercial com os Estados Unidos, numa média de US\$ 3,7 bilhões ao ano, com pico

Os Estados Unidos nunca realmente tiveram condições – nem a intenção – de abolir as barreiras protecionistas não-tarifárias, sobretudo contra os produtos agrícolas, devido aos enormes interesses econômicos e políticos que internamente elas envolvem

de US\$ 6,3 bilhões em 1997, de acordo com os dados do Departamento de Comércio norte-americano, divulgados pela Embaixada do Brasil em Washington. Em 2000, o déficit do Brasil foi de US\$ 1,5 bilhão e principal razão pela qual sucessivamente vem ocorrendo, ao longo de seis anos, tem sido o aumento das importações de produtos norte-americanos pelo Brasil sem um correspondente aumento das exportações de produtos brasileiros para Estados Unidos.

Assim, enquanto acumularam na balança comercial com a China um saldo negativo da ordem de US\$ 39,1 bilhões, entre 1995 e 2001 (6 meses), os Estados Unidos, no mesmo período, obtiveram um superávit de US\$ 22,2 bilhões com o Brasil, US\$ 16,6 bilhões com a Argentina, US\$ 4,5 bilhões com o Paraguai e US\$ 1,7 bilhão com o Uruguai, ou seja, um superávit de cerca de US\$ 45,0 bilhões com todo o Mercosul, superávit este que se elevou a aproximadamente US\$ 51,8 bilhões, somado ao do intercâmbio com o Chile e a Bolívia, seus associados. O que os Estados Unidos pretendem não é propriamente fomentar o comércio, mas ampliar seu superávit às custas do Brasil e dos demais estados da América do Sul.

A implantação da Alca só tende a agravar essa situação, pois para os Estados Unidos seu sucesso econômico implica a conquista de maior acesso ao mercado brasileiro e às fatias dos mer-

cados latino-americanos ocupadas pelo Brasil, que destina 23% de suas exportações, sobretudo de manufaturados, aos países da Aladi. E o texto do projeto do *Trade Power Authority* é bastante restritivo e já demonstra que os Estados Unidos não levantarão as barreiras, na aplicação de cotas, sobre taxas tarifárias, direitos *antidumping*, restrições fitossanitárias e outras medidas que afetam as exportações do Brasil, da Argentina e de outros países sul-americanos. Pelo contrário, deverá aumentá-las, devido às pressões dos setores mais ineficientes da economia americana, dos sindicatos operários, bem como de decisões unilaterais do próprio governo norte-americano ou do Congresso norte-americano que novamente aprovou subsídios para a agricultura. O princípio subjacente da política comercial norte-americana, conforme Charlene Barshefsky, antecessora de Robert Zoellick como USTR, declarou, explicitamente, é “sustentar a prosperidade dos Estados Unidos, os empregos e a riqueza das companhias norte-americanas”. Não é, portanto, propiciar saldos positivos ao Brasil nem aos demais países da América do Sul. ☐

Luiz Alberto Moniz Bandeira, cientista político, professor aposentado da UnB. Publicado em *Conjuntura Política*, revista mensal, ano II, número 15, agosto de 2002. ISSN: 1519.6186

América Latina, *adiós?*

Emir Sader

A América Latina nasceu para o mundo no século XX. Antes disso, pouco ou quase nada do Continente tinha importância no mundo. No começo do século passado, alguns grandes acontecimentos fizeram o mundo “descobrir” a América Latina e ela se descobrir a si mesma. O primeiro foi o massacre da Escola Santa Maria de Iquique, no norte do Chile, em que milhares de trabalhadores mineiros foram fuzilados diretamente do navio em que estavam os “negociadores” do governo chileno diante da greve dos trabalhadores. As ruas de Iquique jorravam sangue pelas calçadas, o governo demonstrava que não podia suportar a paralisação da principal atividade econômica do país, controlada por empresas norte-americanas.

Poucos anos depois, explodiu a maior revolução social do Continente até então, a revolução mexicana, de Zapata e Pancho Villa, revolução que deu a pauta dos movimentos populares durante meio século na América Latina, seu caráter nacionalista, agrário e antimperalista. Ainda na segunda década do século, em Córdoba, na Argentina, surgiu a primeira reforma universitária, um impulso que colocava o tema da democratização do ensino e da incorporação do movimento estudantil entre as mobilizações sociais que viriam a se generalizar nas décadas seguintes.

O Continente mostrava que o novo século seria um século de revoluções e de contra-revoluções. Foi o século em que países do Continente protagonizaram um dos mais importantes movimentos históricos dentro do capitalismo, a industrialização de países da periferia, rompendo a dicotomia que identificava países ricos com a industrialização e

Nunca um modelo se generalizou tanto no Continente e nunca um modelo fracassou tão estrepitosamente na história do Continente como o modelo neoliberal

países da periferia com economias agrárias. Foi também o período do surgimento de projetos nacionais, de economias voltadas para o mercado interno, da construção de lideranças e de partidos populares com ideologias de raízes nacionais. Também de movimentos revolucionários na esteira da revolução mexicana, como a salvadorenha de Farabundo Martí, a nicaragüense de Augusto Cesar Sandino, a boliviana de 1952, até que eclodiu a mais importante de todas, a revolução cubana, de Fidel Castro e Che Guevara.

Paralelamente, a cultura latino-americana se afirmou com perfil próprio, conquistando espaço própria no cenário mundial. Prêmios Nobel de literatura, como os da poetisa chilena Gabriela Mistral, do romancista guatemalteco Miguel Angel Asturias prenunciavam o surgimento do chamado *boom* latino-americano, que além de Gabriel Garcia Marquez, Júlio Cortazar, Mario Vargas Llosa, revelou ao mundo Jorge Luis Borges, Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, entre tantos outros, além da afirmação da pintura latino-americana.

Essa grande aventura latino-americana no século XX desembocou na virada liberal das duas últimas décadas do século e desta entrada do novo século. Nunca um modelo se generalizou tanto no Continente e nunca um modelo fra-

cassou tão estrepitosamente na história do Continente como o modelo neoliberal. Os resultados estão à mostra: regressão nos graus de industrialização avançados, debilitamento geral dos sistemas políticos, polarização e exclusão social como nunca a América Latina havia conhecido, desemprego recorde, entrega do destino dos países do Continente ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Decadência que se estende a vários outros planos, como o da penetração da influência cultural norte-americana como nunca havia existido, mercantilização da vida e da mentalidade de amplos estratos da população, enfraquecimento dos projetos com raiz nos países e na realidade continental, violência cotidiana, desestruturação social e comunitária, empobrecimento da educação e da saúde públicas, crises generalizadas e extensão do desalento e da baixa auto-estima.

A América Latina, nascida para o mundo no século XX, morreu neste começo de século XXI? Se continuar a se submeter ao FMI e aos bancos internacionais, se não afirmar sua identidade e integração diante da agressiva política dos Estados Unidos, se não renovar seus projetos e lideranças, se não fomentar sua cultura e todas as suas formas de expressão popular, teremos regredido ao que fomos até o século XIX. Acabou a fase dos mandatários neoliberais, tipo Menem, Fujimori, Fernando Henrique. Quem os substituirá? As eleições próximas do Brasil e da Argentina podem ser esse marco de renovação ou um passo a mais no caminho da tumba.

Fonte: Informativo *Rede de Cristãos*, ano 3, 7 agosto 2002.

Ivone Gebara

Desordem e ordem: uma tentativa de coexistência

Às vezes, mesmo conhecendo o sentido das palavras, gosto de buscar no dicionário seu significado ou os seus diferentes significados. Desta vez, antes de buscar as palavras desordem ou ordem, objetos de minha reflexão fui buscar o significado da partícula *des*. Essa partícula parece decisiva na compreensão de uma série de palavras da língua portuguesa. Ela é continuamente empregada em nossa linguagem cotidiana, mas poucas vezes nos debruçamos sobre ela para captar-lhe a especificidade.

Des, segundo meu dicionário, tem a ver com uma ação contrária a alguma coisa estabelecida, uma negação de algo ou mesmo a privação de algo importante. Fala-se de *des-terro* que significa estar fora da terra, fala-se de *des-esperança* para se indicar a falta desse valor fundamental para a sobrevivência humana, fala-se de *des-amor* para se indicar a ausência desse sentimento e desse cuidado necessários a todos os seres vivos. Então, nesse sentido, a desordem é a falta de ordem, é desorganização, é confusão, é tumulto, é desalinho em relação a alguma coisa importante. Mas, o que seria a ordem? A ordem no meu dicionário é a disposição conveniente dos meios para se obterem os fins. Falar de desordem pública, de desordem social e política significa falar da falta de meios para se obterem certos fins estabelecidos, fins necessários a uma boa e justa convivência. A desordem existe nesse caso quando se poderia ter condições de viver segundo uma ordem justa para todos e se vive segundo uma ordem de privilégios, de exclusões, de negação de direitos.

Um turbilhão de idéias atravessa minha mente pensando nas ordens e desordens de nosso mundo e de nossa existência pessoal. Cada uma ou cada um de nós já reconheceu em certos momentos sua desordem mental, a desordem em sua casa, em seu quarto, em sua cozinha, em seu escritório. É como se ao falar de desordem estivéssemos afirmando um certo limite nas condições



César Lapa

de vida. Às vezes a desordem é suportável e até dizemos: "eu me arrumo com minha desordem" ou "eu me encontro na minha desordem". Outras vezes ela é insuportável e isto porque ameaça a própria integridade da vida. Quando se misturam águas sujas com águas limpas, quando se jogam poluentes mortais no ar, quando se produzem mais armas do que trigo, então a desordem começa a ameaçar a existência de todos os seres. Quando uma elite fala e decide e submete a maioria dos habitantes da terra às suas ordens então existe a desordem. Por isso se busca uma ordem ou uma nova ordem! Mas, de que ordem se trata?

Ordem de quem? Ordem segundo que modelo? Ordem para quê?

Em cada momento histórico grupos reconhecem situações como desordem e outros como ordem. Ordem e desordem parecem estar sempre em conflito e ao mesmo tempo não podem subsistir uma sem a outra. É um jogo sem fim que mantém essa "coisa" que chamamos História Humana. Sem esse jogo de ordens e desordens não há história humana. Mas onde estaria o problema? Se não há jeito de sermos históricos sem o jogo da ordem e da desordem, a única saída não seria aceitar esse jogo e ver como acaba? Seria uma saída deixarmos a vida destruir a vida? Ou seria uma saída conversarmos sobre a ordem que queremos?

Cada grupo insiste em impor a sua ordem e se opor à desordem dos outros. Em nome do próprio conceito de ordem se criticam comportamentos alheios como sendo desordens. Em nome das próprias convicções sobre as desordens que assolam o mundo se quer impor um modelo de ordem. Os grupos se digladiam como se cada um tivesse a receita da ordem e a conseqüente eliminação da desordem. Todas e todos nos tornamos pretensiosos e ávidos para criticar a ordem alheia. Pensamos que só a nossa ordem pode levar a soluções claras dos problemas que nos atingem.

Poucas vezes nos lembramos que dentro de cada pessoa subsiste um sistema de ordens e desordens aprendidos e herdados de outras pessoas. Poucas vezes nos lembramos que dependendo das influências que recebemos, de nossa cultura e de nossa história pessoal formamos nosso sistema de ordem e desordem. Poucas vezes nos lembramos que defendemos nossa ordem eliminando a dos outros. Não percebemos a finitude e a limitação de nossos sistemas de ordem e desordem!

Os grandes deste mundo julgam que seu sistema de ordem é o único que manteria o mundo longe do caos a que estaria sujeito. Criam inimigos dessa sua ordem. Exacerbam o amor à sua ordem e o ódio aos que são diferentes dela ou que podem ao menos em sonho ameaçá-la. Identificam inimigos. Localizam o "eixo do mal" para combatê-lo com precisão tecnológica. Gritam pelo Bem e convocam povos em seu nome. Clamam por Deus e estão convencidos de que ele está do seu lado. Para eles a ordem que propalam é a própria ordem divina. Não vêem nenhuma distância entre sua ordem e sua vontade e a de seu deus. Acabam até por identificar seu poder com o poder de seu deus. Agem em nome dele. Matam em nome dele. Conquistam terras e povos usando o braço forte de seu deus.

São eles os donos da ordem porque são eles que organizam o mundo para seu próprio domínio. Eles são

seu próprio deus e sua própria ordem. Eles são o deus e o diabo da própria desordem.

Mas, o que é ordem para eles é decreto de morte para outros, é ordem de morte para os que são identificados como inimigos, muitas vezes sem saberem que são inimigos.

A questão da ordem e da desordem não é fugir de uma para cair na outra ou negar uma para afirmar a outra de forma rígida. Ordem e desordem só existem em forma de equilíbrio. Somos ordem e desordem sempre!

Então o critério para a convivência comum não pode vir da força de um grupo sobre outro. Esta não é uma ordem de convivência mas, é ordem de abuso, de imposição, de intolerância, de escravidão. A ordem que se quer é a que permite dentro da desordem que nos caracteriza chegar a uma convivência sustentável, a uma convivência de direitos democráticos. Mas, esta ordem exige muito trabalho interior, exige muita educação em todas as instâncias de nossa vida, exige renúncia das ganâncias do mercado. Criar uma nova ordem não é apenas assunto de eleições ou tema que se pode desenvolver depois de catástrofes como a destruição da Palestina, do Afeganistão ou a morte das pessoas vítimas da queda das torres norte-americanas! Criar uma nova ordem não é só abrir restaurantes para o povo faminto ou dar bolsas de estudo para que crianças deixem de trabalhar desde a mais tenra idade!

Estou como lêem, me opondo à ordem que outros afirmam como ordem. Sigo a lógica que expus anteriormente! No fundo é porque busco algo mais estável e bonito. Busco uma espécie de revolução interior difícil de ser realizada com modelos autoritários pré-fabricados, uma revolução utópica como aquela do profeta Ezequiel (34) que convidava as pessoas a trocarem seu coração de pedra por um coração de carne. Um coração de carne sabe que depende de outros corações para pulsar, viver e sentir o mundo. Um coração de carne sabe que é vulnerável e que a cada instante ameaça romper as relações de vida e impor relações destrutivas. Um coração de carne sabe que para ser carne necessita da água, do ar, das plantas, dos animais e dos outros corações para tornar esse mundo casa de todos os habitantes da terra. Um coração de carne sabe que precisa cuidar de tudo para que sua carne frágil seja cuidada e cuidadosa.

É, no fundo busco a ordem e a desordem cheia de beleza, a ordem e a desordem dos corações de carne!

Busco com os olhos atentos, levar meu corpo e minha mente para o caminho da "estrela", aquela "estrela lá" que só é reconhecida pelos que têm coração de carne e sabedoria aprendida nas duras lidas da vida.

☞

Um País do "Zerésimo" Mundo

Amílcar Brunazo Filho

O Autor em 2000 (T&P 311) já nos alertou para o engodo eletrônico da urna de votação. Entre aquele artigo e este pouco nos adiantamos. Parece que de Primeiro Mundo o nosso 'vanguardismo' em eleições está apenas no fato de que é esse Primeiro Mundo a querer garantir-nos o posto de "Zerésimo" Mundo. Pode ser que a urna eletrônica não passe de uma grande burla eletrônica. Lições de mestre-engenheiro

A esperança de ingressar no Primeiro Mundo tem aparecido em muitos momentos e ambientes da sociedade brasileira. É uma ambição eticamente aceita e também é um fator desencadeante de ações que estimulam o nosso desenvolvimento social.

Um dos fatos que têm sido citados como exemplo de que o Brasil caminha firme para o Primeiro Mundo, é o pioneirismo do nosso sistema eleitoral informatizado.

Desde a década de 1980, a nossa Justiça Eleitoral, em seus diversos níveis, ensaiava o uso da informática dentro do processo eleitoral. Em 1982, tivemos a malfadada tentativa do TRE-RJ de informatizar a totalização dos votos, o que acabou num grande escândalo, a primeira fraude eleitoral informatizada, que ficou conhecida como Caso Proconsult. Em 1985, o TSE começou o processo de recadastramento dos eleitores. Novas tentativas de informatização da totalização foram sendo feitas até que em 1996, com a adoção da urna eletrônica, foram informatizadas a identificação do eleitor no momento da votação, a própria votação e a apuração dos votos de cada seção eleitoral.

A urna eletrônica foi implantada em três etapas, nas eleições de 1996, 1998 e 2000, atingindo um terço do eleitorado de cada vez, de forma que no ano de 2000 o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a ter 100% dos eleitores votando num processo 100% informatizado, em todas as suas etapas, desde o cadastro dos eleitores,

passando pela identificação destes na hora do voto, pela votação propriamente dita, pela apuração dos votos de cada urna, pela totalização dos votos até a divulgação dos resultados pela Internet. E para muitos este é um motivo de inegável orgulho, uma prova do desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Mas... para muitos outros ficam algumas dúvidas: *Por que outros países, econômica e tecnologicamente mais desenvolvidos que o Brasil, ainda não informatizaram todo o processo eleitoral, especialmente a apuração dos votos? Por que os países que nos vendem as peças e os programas das urnas eletrônicas, não informatizam eles mesmos suas eleições?*

Talvez o Brasil não esteja na linha de frente do domínio da tecnologia de informatização do voto e sim tenha ultrapassado esta linha de maneira precipitada e imprudente!

O que se propõe aqui é um convite ao eleitor brasileiro para que reflita com calma, e sem ufanismo simplório, se o caminho da informatização do processo eleitoral brasileiro está sendo construído sobre bases sólidas ou sobre mitos, conluios e enganações.

A credibilidade de uma democracia no mundo moderno se constrói começando pela confiabilidade do processo eleitoral e este, por sua vez, está apoiado em três pés: a votação, a apuração e a fiscalização. Na firmeza de cada uma destas pernas do processo eleitoral se apoiará a legitimidade final da democracia de um país.

Infelizmente a credibilidade de nossa democracia está totalmente comprometida pela falta de transparência do seu processo eleitoral informatizado. Quem conhece e analisa os detalhes, verifica que a votação eletrônica brasileira foi construída de maneira que a fiscalização externa é totalmente inócua. Quebra-se, assim, uma das pernas de sustentação do modelo de confiabilidade eleitoral e, por consequência, nossa democracia perde credibilidade e até legitimidade.

A penúltima etapa do processo eleitoral informatizado no Brasil, a apuração dos votos de cada seção eleitoral, foi implementada por meio de uma máquina de votar inaudível, uma verdadeira "caixa preta" da qual nenhum partido político, fiscal ou auditor externo ao Tribunal Superior Eleitoral, jamais teve acesso para conferir-lhe a integridade.

Apesar da desinformação provocada pela Justiça Eleitoral, que insiste em divulgar que tudo é transparente e conferido pelos partidos, a avaliação sobre o sistema informatizado de eleições, feita pela Unicamp e recentemente divulgada, revela de forma inequívoca que *existiam, sim, programas de computador mantidos secretos pelo TSE até 2000 e que aos partidos políticos não era possível conferir os programas efetivamente colocados nas urnas eletrônicas, se estavam íntegros ou se teriam sido modificados.*

E como já aconteceu em 1996, 1998 e 2000, nestas eleições de 2002 também se utilizaram máquinas de votar nas quais *não havia como recon-*



Voto manual: sinal de atraso ou garantia de lisura?

Infelizmente a credibilidade de nossa democracia está totalmente comprometida pela falta de transparência do seu processo eleitoral informatizado. A votação eletrônica brasileira foi construída de maneira que a fiscalização externa é totalmente inócua

tar os votos nem os partidos políticos tiveram disponíveis meios técnicos satisfatórios para conferir a integridade dos programas.

Em agosto de 2002, na apresentação dos programas de computador do TSE aos partidos políticos, ocorreram lances muito significativos.

O código do Sistema Operacional VirtuOS só poderia ser visto e analisado por apenas três dias, pelos técnicos que pagassem R\$ 250.000,00 à empresa proprietária do programa. Nenhum partido concordou com este pagamento e, conseqüentemente, *nenhum partido analisou o seu conteúdo* que viria a ser instalado em mais de 360.000 urnas eletrônicas.

As demais 50.000 urnas eletrônicas conterão outro Sistema Operacional, o Windows CE, que apesar de ter seu código aberto aos fiscais, tem um porte desmesurado com seus mais de sei mil programas e dois milhões de linhas de código, de forma que *nenhum dos partidos políticos analisou sequer 1% do conteúdo*, nos cinco dias em que estiveram disponíveis.

Todos os técnicos que estiveram presentes a esta apresentação, mesmo

os que manifestaram confiança no sistema, declararam que em cinco dias é impossível se avaliar o sistema por inteiro. Os técnicos da Unicamp nem aceitaram a tarefa de avaliar o sistema de 2002 por causa da exigüidade do tempo.

Cabe uma pergunta: *Será que um sistema eleitoral, que não permite conferência da apuração e nem passa por auditoria externa independente, pode ser chamado de “coisa do Primeiro Mundo”?*

Para escapar do debate sobre esta questão e esconder o modelo de segurança obscurantista que adotou desde 1996, o TSE tem desenvolvido um grande trabalho de propaganda e de assessoria de imprensa para difundir a idéia de que o Sistema Eletrônico de Votação é 100% seguro contra fraudes e que o eleitor e os partidos podem confiar cegamente na capacitação técnica da Justiça Eleitoral. E tem conseguido algum sucesso nesta empreitada de criar uma imagem de segurança que deixe a população tranqüila.

Para atingir esse nível de confiança, não se pouparam esforços nem se respeitaram com muito rigor princípios morais e legais, como a transparência dos atos do serviço público. Baseados no eticamente discutível princípio maquiavélico, de que o fim justifica os meios, funcionários do TSE não se importaram em sacrificar a verdade para tentar convencer o eleitorado de que o sistema por eles trazido é confiável.

O primeiro grande engodo, dito repetidamente por quase todos os admi-

O primeiro grande engodo, é que o sistema é 100% seguro contra fraudes. Se isto fosse verdade o Brasil teria conseguido criar o único sistema informatizado do mundo 100% seguro!

nistradores do processo eleitoral, em todas as suas instâncias, é que o sistema é 100% seguro contra fraudes. Se isto fosse verdade o Brasil teria conseguido criar o único sistema informatizado do mundo 100% seguro! E isto, certamente, não é verdade.

Para justificar este grande engodo, uma porção de outras mentiras têm sido contadas pelos representantes da Justiça Eleitoral, e inadvertidamente repetidas pela imprensa em geral, ao longo dos últimos quatro anos, tais como:

- Todos os programas da urna são analisados pelos partidos políticos.
- Violar a urna eletrônica é impossível sem se romper seus lacres.
- A rede de computadores do TSE é à prova de invasões (inclusive por agentes internos mal intencionados).
- A “zerésima” garante que a urna eletrônica está vazia antes da votação se iniciar.

E AQUI SURGE O TÍTULO DESTE ARTIGO...

“Zerésima” é um neologismo criado pelo corpo técnico do TSE para designar o relatório impresso pela urna ele-

trônica, no início do processo de votação, onde o nome de cada candidato aparece como tendo zero votos. Segundo estes técnicos do TSE, a “zerésima” é a “garantia” de que não existem votos previamente depositados nas memórias da urna eletrônica.

Mas será mesmo uma garantia?

Certamente, não é. Qualquer programador de computador, mesmo iniciante, sabe que é possível se imprimir uma coisa, a zerésima por exemplo, e guardar outra coisa na memória do computador e também sabe que é perfeitamente possível começar o processo de votação e apuração com zero votos para todos os candidatos e depois ir desviando uma porcentagem dos votos conforme estes forem sendo dados.

Se a “zerésima” é o que o TSE pode nos oferecer como garantia de lisura na apuração, então não temos garantia real nenhuma, e em vez de ingressarmos no Primeiro Mundo, onde idealmente a apuração das eleições públicas deveria ser clara e transparente, a urna eletrônica remete o Brasil diretamente ao *Zerésimo Mundo*, onde o eleitor não pode ver o seu próprio voto e a oposição não tem como fiscalizar a apuração.

... e o Zerésimo Mundo é qualquer coisa, menos uma democracia verdadeira. ☹

Amílcar Brunazo Filho, moderador do Fórum do Voto Eletrônico – www.votoseguro.org

Primavera para a Vida 2002: solidariedade e paz

Uma história bonita a existência (há 29 anos) da Coordenação Ecumênica de Serviço. Nela o termo "ecumênico" adquire seu sentido real, amplo e teológico. É ecumênica no encarnarem-se de cima para baixo "no compromisso ecumênico" todas as grandes tradições cristãs do Brasil: e é ecumênica nas bases, na ressurreição que se dá onde o espaço das igrejas cristãs reparte e partilha, e elas, as bases, retribuem com respostas que têm muito a ver com a riqueza das experiências a que se refere o Evangelho (coisas não escritas). Histórias, milhares de histórias, milagres e mais milagres. Este relato é síntese dessa experiência de vida lididamente ecumênica

Felizes as pessoas que trabalham pela paz, pois Deus as tratará como seus filhos. (Mateus 5.9)

CAMPANHA NACIONAL DA CESE (15 A 22 DE SETEMBRO)

Cerca de mil pessoas percorreram, animadamente, o centro de Salvador na Caminhada pela Paz, da Campanha Primavera para a Vida, deste ano. A Caminhada saiu do Campo Grande (uma das principais praças de Salvador) em direção à Praça Castro Alves, ao cair da tarde de sexta-feira, dia 21 de setembro. Ao som dos blocos carnavalescos Gandhi Mirim, Ilê Aiyê, Escola Criativa Olodum, e do Grupo Cultural Bagunção, representantes da Casa do Teatro Popular, do Projeto Axé, do Movimento Hip Hop, do Centro de Referência Integral de Adolescentes (Cria), do Movimento de Intercâmbio Artístico-Cultural pela Cidadania (Miacce), do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá e de diversas outras entidades com projetos apoiados pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) caminharam ruidosamente pelo Centro de Salvador, dando prosseguimento à Campanha Primavera para a Vida.

"A Caminhada pela Paz catalisou a atenção das pessoas que transitavam pela Avenida Sete de Setembro. Muitas paravam para ouvir o repique dos tambores e ver as evoluções dos personagens. 'É pela paz? Então, melhor ainda!' exultou uma senhora que não quis ser identificada, integrando-se ao desfile para dançar na linha de frente. 'O baiano já gosta de uma festa, imagina se for, ainda, contra a violência. Aí é que fica mais bom', acrescentou, tropeçando no português, mas não na

animação." Assim, um dos principais jornais diários de Salvador noticiou a Caminhada em matéria de página inteira, com o título "Sementes de Esperança."

CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA

A participação popular deu o tom na abertura da campanha Primavera para a Vida da Cese. Cerca de duzentas pessoas participaram do culto ecumênico de abertura da Campanha Primavera para a Vida, na Igreja Anglicana da Pituba, em Salvador, no domingo, dia 15 de setembro.

A cerimônia teve início às 10h30, com a entrada dos celebrantes, Reverendo Josafá Batista dos Santos (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil), Pastor Armindo Klumb (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), Pe. José Antônio Pecchia (Igreja Católica Apostólica Romana), Reverendo Rômulo Nascimento (Igreja Presbiteriana Independente do Brasil), Reverendo Adalto Magalhães (Igreja Presbiteriana Unida do Brasil), Reverenda Ana Glória (Igreja Metodista) e Pastor Djalma Torres (Igreja Batista Nazareth).

Durante toda a celebração, dramatizações e intervenções artísticas fizeram referências à temática da violência. O violonista Mateus Dela Fonte fez os interlúdios musicais e a cantora católica Nairzinha, acompanhada das crianças de Pirajá, apresentou um número com músicas de roda e do folclore popular, como uma alternativa para resgatar a inocência infantil.



Atividades da Campanha Primavera para a Vida

Henrique, o Peregrino, e a comunidade de rua da Trindade, deram depoimentos sobre violência e declamaram poemas. O grupo de teatro da Igreja Metodista do Iapi (bairro de Salvador) também apresentou seus testemunhos de situações de violência. Após a bênção, toda a assistência se dirigiu à Praça dos Correios, na Pituba (outro bairro de Salvador), onde foram soltos 200 balões de gás, com pedidos de paz amarrados às fitas, como uma forma de clamar por paz.

DEBATE

Na segunda, 16, o debate "Desconstruindo a Violência, Construindo a Paz", movimentou o prédio do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, com a presença dos debatedores Tânia Cordeiro, (professora do curso de Comunicação Social da Universidade Estadual da Bahia (UNEB); padre Manoel Pinto, representante da arquidiocese de Salvador, a socióloga Eliana Rolemberg, diretora executiva da Cese; e, como moderador, o doutor Samuel Vida, (professor da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e coordenador do Afro-Gabinete de Articulação Institucional e Jurídica (Aganju).

Os palestrantes Tânia Cordeiro e padre Pinto fizeram suas apresentações e interagiram com o público pre-

Os maiores empecilhos na construção de uma cultura de paz são a banalização do assunto nos meios de comunicação e a estigmatização social

sente, formado por estudantes de escolas públicas, associações de moradores de bairros populares e grupos que trabalham em prol da paz. Segundo Tânia Cordeiro, os maiores empecilhos na construção de uma cultura de paz são a banalização do assunto nos meios de comunicação e a estigmatização social. "A mídia só se engaja no combate à violência, quando a vítima é moradora de um bairro nobre, detentora de um *status* social que a identifica. Os assassinatos nos bairros populares são estatísticas que não possuem voz social", disse Cordeiro.

FEIRA VERDE DO CAMPO GRANDE

A Campanha Primavera para a Vida da Cese marcou presença, pelo segundo ano, na Feira Verde do Campo Grande, de 17 a 22 de setembro. A barraca ali montada, além de divulgar informações sobre a Campanha, apresentou, a cada dia, uma exposição temática sobre questões relacionadas com as prá-

ticas dos agentes de projetos apoiados pela Cese. Ao longo da semana, os temas abordados foram: Direitos Humanos, Reforma Agrária, Meio Ambiente/Semi-Árido, Populações Tradicionais, Produção, Trabalho e Renda, e Educação e Saúde Popular.

A CAMPANHA

Estimular a busca de soluções comunitárias para a construção de uma cultura de paz. Com este objetivo, a Cese, desenvolveu a segunda edição da Campanha Primavera para a Vida. Embora nacional, este ano, houve três pólos de concentração de atividades da Campanha: as cidades de Salvador (BA), Vitória (ES) e Erechim (RS). A programação, que incluiu caminhadas, feiras e mostras artísticas, foi aberta no dia 15 com um Culto Ecumênico e encerrada com o Dia Nacional de Oração e Coleta pela Cese, no dia 22, domingo. O tema escolhido para 2002 foi *Construção de uma Cultura de Paz em tempos violentos*, e o lema, *Semear Solidariedade e Paz*.

CULTURA DE PAZ

Com a Campanha em 2002, a Cese deu continuidade à sua prática de estimular o fortalecimento da solidariedade entre as pessoas e entre grupos sociais, através de exemplos práticos de supe-



ração da violência. Neste contexto, a Campanha prevê a mobilização da sociedade em torno de alternativas que se oponham à banalização da violência que tem ocupado todos os espaços do nosso cotidiano.

A pertinência e atualidade do tema – violência e paz, estão em pleno acordo com as atividades da Cese. A missão da entidade, fundamentada no Evangelho com sua forte mensagem de paz e justiça, prevê o fortalecimento de movimentos populares como contribuição para a transformação da sociedade, marcada, cada vez mais, pela violência, fenômeno que expressa, do modo mais contundente, as graves carências a que estão submetidos os seres humanos na era atual.

RESULTADOS EM 2001

Na primeira edição da campanha, em 2001, com o lema “Vamos Juntos Semear Justiça”, a Cese obteve resultados significativos como o primeiro convênio de financiamento firmado com uma instituição nacional, o Serviço Social da Indústria (Sesi), integrante do Sistema Federação de Indústrias do Estado da Bahia (Fieb). Por meio do convênio, foram construídas 377 cisternas para captação de água das chuvas na região do semi-árido baiano.

Também em 2001, uma comunida-

de de pescadores do povoado de Diogo Lopes, em Macau (RN), e a Associação dos Canoeiros do Município de Guajará-Mirim (RO) destinaram a renda de um dia de trabalho, como doação, à Campanha Primavera para a Vida. Há poucos anos, a Cese apoiou projetos dessas comunidades, que em sinal de agradecimento enviaram suas colaborações modestas, mas dignificantes.

HISTÓRICO

Há 29 anos, a Cese de maneira ecumênica, de caráter filantrópico, reúne as Igrejas Católica Apostólica Romana (por intermédio da CNBB), Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Presbiteriana Independente do Brasil e Presbiteriana Unida do Brasil, que se mantêm unidas no compromisso ecumênico de afirmar a vida.

Mediante o serviço de apoio a projetos busca fortalecer organizações populares que se empenham na promoção dos Direitos Humanos. Desde 1973, a Cese já recebeu mais de dez mil projetos, dos quais cerca de seis mil foram apoiados, e beneficiaram, diretamente, mais de cinco milhões de pessoas, em todo o País.

Atualmente, são cerca de quinhentos projetos apoiados por ano – aproxi-

madamente 180 novas entidades populares, que nunca haviam recorrido à Cese, têm suas iniciativas apoiadas, neste mesmo período. Somente em 2001, 760 projetos foram avaliados, dos quais 448 foram apoiados; mais de 3 milhões de reais foram investidos e cerca de 300 mil pessoas foram beneficiadas.

A Cese procura atender demandas provocadas por situações de pobreza, marginalização ou exclusão, com iniciativas que procuram erradicar as causas fundamentais de tais problemas e promover a realização de direitos humanos econômicos, políticos, sociais e culturais.

A grande maioria dos beneficiários dos projetos apoiados pela Cese encontra-se abaixo da linha de pobreza. Na área rural, são trabalhadores sem terra, pequenos produtores, extrativistas, assalariados na agricultura, povos indígenas e remanescentes de quilombos. Na área urbana, são moradores de rua, sem teto, moradores de periferia, subempregados, desempregados, trabalhadores do setor informal, catadores de lixo reaproveitável. Mais de 60% dos beneficiários são mulheres. Crianças e adolescentes em situação de risco merecem atenção especial por parte da Cese, bem como a população negra, vítima da discriminação racial.

Plebiscito: mais de 10 milhões dizem não à Alca

Luiz Bassegio

Mandatários nanico-maníacos vão ser substituídos porque não querem deixar-se ajudar de plebiscitos, referendos e eleições. É este o futuro da política inteligente. 'Imperadores' de plantão não gostam porque sentem-se despojados de comandos não recebidos. Uma página significativa se escreve neste relato de um plebiscito, página não-encerrada, mas a pedir outras a serem escritas por dezenas de milhões que não abrem mão de escrevê-las. E haja torres...

Culminando mais um processo que durou cerca de um ano, chegamos aos resultados do Plebiscito sobre a Alca, organizado pela Campanha Jubileu Sul/Brasil, que é coordenada por mais de 100 entidades nacionais.

De 1º a 7 de setembro, 41.758 urnas recolheram os votos de 10.149.542 pessoas (ver quadro). Em relação ao Plebiscito da Dívida externa, o Plebiscito da Alca atingiu 450 municípios a mais e superou em 70% o número de votantes.

PRINCIPAIS AVANÇOS...

O Plebiscito evidenciou a pedagogia do processo. Foi mais uma etapa de uma caminhada de dez anos, que viveu as Semanas Sociais Brasileiras; o Simpósio, Tribunal e Plebiscito da Dívida Externa, oito edições do Grito dos Excluídos e, agora, o Plebiscito Nacional sobre a Alca. Um processo que apostou na soma de interesses comuns em detrimento dos interesses departamentalizados. Intensificaram-se as parcerias, solidificando ainda mais esta forma de trabalho. Foram mais de 100 entidades nacionais (igrejas, sindicatos, movimentos populares, partidos políticos etc.) Aqui vale merecido destaque ao papel desempenhado por escolas, universidades e rádios comunitárias. *Do ponto de vista ecumênico, houve um salto qualitativo. Foram centenas de igrejas evangélicas que participaram.*

A campanha contra a Alca foi um sucesso do ponto de vista educativo e mobilizador. Talvez o maior processo educativo realizado no Brasil nos últimos anos. Foram milhares de encontros, debates e reuniões sobre o tema, que tomaram ruas, escolas, igrejas, associações, espaços públicos e meios de comunicação.

O processo revelou ainda que a população, quando chamada e esclarecida, tem grande interesse em discutir temas que dizem respeito à soberania do País. Os comitês e grupos de base mais uma vez mostraram que sabem unir questões micro e macro. Ao mesmo tempo em que o Plebiscito era organizado (urnas, atas, mesários etc), discutia-se a política imposta pelo governo norte-americano, suas implicações comerciais, militares e de soberania. Um tema que, a princípio parecia ser complicado para ser popularizado, tornou-se assunto de debate em bares, igrejas, escolas, famílias, etc.

O Plebiscito, com sua dimensão continental, contribuiu para o estabelecimento de pontes com a América Latina reforçando a importância do Brasil como parte deste continente.

Um destaque especial deve ser dado à qualidade do material produzido pela clareza e didática do seu conteúdo. Foram milhões de cartilhas, jornais, folders, vídeos, spots para rádios com clara posição política contra a intervenção norte-americana. Nosso

povo deve ser o protagonista de sua história, de sua política, de seu futuro. Que os americanos cuidem de seu país. Do Brasil, cuidamos nós.

Em Brasília, nos dias 17 e 18 de setembro, cerca de dois mil militantes participaram de debates e estudos sobre a Alca, enquanto os resultados do Plebiscito eram divulgados na imprensa e entregues ao Senado e à Câmara Federal, ao Superior Tribunal Federal, à embaixadora norte-americana e ao Presidente da República. Dom Franco Masserdotti, disse: *O Plebiscito é um exercício de cidadania e democracia. É o desejo de ver nossa pátria traçando sua soberania... de nosso povo ser o protagonista de sua história. Precisamos globalizar a solidariedade, avançando juntos para construir um novo mundo possível.* Para o líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, *...o mais importante não é o número, mas o fato de que milhões de brasileiros, durante meses, tomaram conhecimento de um tema que as elites queriam esconder. Foi um grande exercício de pedagogia de massas... A vocação do povo brasileiro é criar uma grande integração latino-americana.*

O Plebiscito sinaliza aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Brasil, ao governo dos Estados Unidos e às grandes corporações transnacionais, que o povo brasileiro não abre mão de forjar seu próprio destino. Reafirma para os povos irmãos das Américas que partilham conosco a organização da Campanha Continental contra a Alca, que o povo brasileiro não abre mão de lutar, sempre e em todo o lugar, por uma ação e um Continente livres da exploração neocolonial e de toda injustiça; por uma Nação e um Continente em que caibam todas as

Coordenação geral (mais de)	100 entidades nacionais	
Urnas coletoras	41.758	
Número de votantes	10.149.542	
Municípios atingidos	5.550	
Voluntários (mais de)	150.000	
Disseram não à Alca	9.982.075	98,35%
Rejeitam as negociações em andamento	9.743.561	96%
Recusam entregar a base de Alcântara	10.007.448	98%

O Plebiscito, com sua dimensão continental, contribuiu para o estabelecimento de pontes com a América Latina

Também como continuidade desta luta, continuarão sendo debatidos os temas da dívida externa, da militarização impulsionada pelos Estados Unidos e da soberania da Amazônia

cidadãos e cidadãos plenos de dignidade e de direitos. Os resultados do Plebiscito Nacional sobre a Alca e Alcântara são a afirmação clara de que é possível a construção de um mundo sem dominação de uma nação sobre as demais; em que a economia esteja a serviço dos povos; em que as relações entre as pessoas e entre as nações estejam baseadas na igualdade e no respeito às diferenças; um mundo, enfim, em que caibam todos os mundos, todas as culturas, todas as aspirações de todos os povos. (*Manifesto do Plebiscito*)

PERSPECTIVAS...

Este processo não pára. A mobilização continua pelo fortalecimento e criação de novos comitês de luta e resistência contra a Alca. Serão realizadas jornadas de formação e luta contra a implementação deste tratado e produzidos materiais didáticos exigindo do governo a realização de um plebiscito oficial. Também como continuidade desta luta, continuarão sendo debatidos os temas da dívida externa, da militarização impulsionada pelos Estados Unidos e da soberania da Amazônia.

No calendário de lutas estão as mobilizações de Quito no final de outubro; a 10ª Plenária Social Nacional; a elaboração do projeto de iniciativa popular sobre o Plebiscito Oficial; a 3ª Edição do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2003; e as Jornadas de abril de 2003, na Argentina, quando serão apresentados os resultados dos Plebiscitos realizados em diversos países do Continente. 

Luiz Bassegio, secretário executivo do Grito dos Excluídos Continental e membro da coordenação da Campanha Jubileu Sul.

Para superar a violência



A DÉCADA PARA SUPERAR A VIOLÊNCIA É UMA GRANDE CONVOCAÇÃO PARA QUE AS PESSOAS DE BOA VONTADE E INSTITUIÇÕES SE UNAM MEDIANTE A DIGNIDADE HUMANA PARA O RESGATE DO PROFETISMO BÍBLICO: "A JUSTIÇA PRODUZIRÁ A PAZ" (ISAÍAS 32,17).

Realizado entre os dias 25 de setembro e 3 de outubro o **Encontro Latino-Americano de bispos**, que acontece todo os anos em Ibiúna e conta com o apoio do Cesep na organização. O tema deste ano foi Bioética e foram debatidas questões na área da biologia, as novas descobertas genéticas e o papel da Igreja. Ao final do encontro os Bispos emitiram o documento intitulado "Apelo em favor da Paz", no qual bispos e pastores do Brasil e de outros países da América Latina, pertencentes à Igreja Católica Romana, à Igreja Episcopal Anglicana e à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (...) tendo ouvido testemunhos pungentes de personalidades de Israel e da Palestina sobre a dramática situação de guerra e de miséria que pesa sobre a população civil da região, submetida a uma espiral crescente de violência e morte, nos sentimos no

dever de consciência de unir nossa voz ao profundo desejo de uma paz justa por parte de ambos os povos.

Os religiosos reafirmaram a ênfase na *defesa intransigente da paz, como um bem precioso para toda a humanidade, propugnamos para o Iraque, uma solução negociada no âmbito da ONU, que ponha fim ao extremo sofrimento da população civil e às mortes, sobretudo de crianças, provocadas por mais de dez anos de bloqueio econômico.*

A Cese agradece a intensa participação e colaboração das Igrejas que a compõem e dos grupos e entidades parceiras nas atividades da **Campanha Primavera para a Vida, deste ano. Semear Solidariedade e Paz** – com este apelo a Cese quer estimular a sociedade a construir de maneira conjunta e democrática uma nova cultura: uma cultura

de paz. (Nesta edição mais informações sobre a Campanha).

O Conic coordenou um **ato inter-religioso pela Paz Mundial no dia 11 de setembro**. O ato foi realizado na Catedral Metropolitana de Brasília com a presença de representantes das comunidades cristã, judaica e islâmica. As pessoas presentes, a uma só voz, renovaram seu compromisso com a superação da violência. *Reunimo-nos para reafirmar o nosso desejo sincero de trabalhar em favor do bem comum, do verdadeiro progresso e da paz, fruto da justiça.*

Nos dias 13 e 14 de setembro reuniu-se, em Brasília, a **Comissão Nacional da Década para Superar a Violência**. Após uma ampla reflexão sobre a conjuntura nacional, foram tomadas as necessárias deliberações para a continuidade da campanha. Está em fase adianta-

da o **Relatório sobre Dignidade Humana no Brasil** que será lançado na X Assembleia Geral do Conic, em novembro próximo.

No dia 10 de setembro, o **Ceca realizou em parceria com a Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) um painel para debater o tema "Eleições e especulações financeiras"**, com o objetivo de contribuir criticamente com o processo eleitoral.

Desde agosto o Ceca mantém o **Grupo de Estudos de Gênero**, de caráter inter-disciplinar, que reúne homens e mulheres dispostos a discutir questões de gênero nas perspectivas de desenvolvimento e direitos humanos.

Koinonia organizou uma oficina sobre territórios negros e foi co-responsável pela mesa-redonda sobre Comunidades Remanescentes de Quilom-



bo do III Fórum Inicativas Negras, promovido pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes. Diversos aspectos da luta pela posse da terra foram abordados nestes dois momentos, nos quais estiveram presentes bolsistas do Fórum vindos de diversos estados, representantes das comunidades com as quais o Projeto Egbé trabalha nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de pesquisadores, juristas e público em geral.

Koinonia realizou, entre os meses de agosto e outubro, no Vale do Paraíba/SP, dois Encontros Ecumênicos de Mulheres que reuniram cerca de 120 mulheres de diferentes tradições para refletir e discutir sobre auto-estima, Aids e Igrejas. Nestas ocasiões foi possível perceber o potencial de mobilização daquelas mulheres quando se trata de unir forças e realizar ações que venham celebrar a vida, tornar conhecidas as perspectivas e ações das mulheres em

seus esforços e luta pela justiça, paz e integridade da criação.

Atualmente, está sendo criado um grupo de formação para capacitar mulheres para trabalhar o tema Aids e Igrejas, com o objetivo de preparar as nossas igrejas para uma realidade que se faz presente, possibilitando que as igrejas sejam reconhecidas como espaço de acolhida, orientação e informação.

Segundo notícia divulgada pela Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação (ALC) o Projeto Fale já está provocando reações importantes: o Embaixador da União Européia no Brasil, Rolf Timans, distribuiu uma carta resposta ao Cartão Fale, que lhe foi enviado por mais de três mil pessoas ligadas à Rede Fale. O projeto – noticiado nesta coluna (TP 322) – é desenvolvido em parceria pelo Clai, Aliança Bíblica Universitária do Brasil e Visão Mundial, entre outras entidades e consiste na impressão e envio de cartões postais temáti-

cos a autoridade em âmbito nacional ou internacional, chamando a atenção para um problema específico e em defesa dos excluídos.

O cartão dirigido ao embaixador abordou a questão das barreiras comerciais na agricultura. Para o secretário regional do Clai-Brasil, reverendo Luiz Caetano G. Teixeira, “o fato de o embaixador da União Européia enviar uma resposta representa o sucesso e o peso político da Rede Fale”.

NOMES E SIGLAS

Ceca – Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria

Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

Cesep – Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular

Clai – Conselho Latino-Americano das Igrejas

CMI – Conselho Mundial de Igrejas

Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

Koinonia Presença Ecumênica e Serviço

Petrus

Faz muitos anos subi ao alto da serra da Boa Esperança, que eu só conhecia pela canção do Lamartine Babo. Lá de cima, vendo o vale que se estendia abaixo, minha imaginação começou a pensar sobre milênios. Há quanto tempo aquela montanha contemplava o vale? 10.000 anos? 100.000 anos? Ai vi uma pedra branca, testemunha impassível da passagem do tempo, e resolvi trazê-la para o meu escritório. Estou olhando para ela, neste momento. Não mudou nada: o mesmo branco rosa, os mesmos planos de clivagem, a mesma forma. Ficará assim, indefinidamente. Pedras estão fora do tempo. O tempo lhes é uma realidade exterior: o vento que sopra, a água que corre... São imutáveis, sempre as mesmas, porque estão mortas.

William Seewald



Trouxe, junto com a pedra, umas plantinhas. Não vingaram. Estranharam a minha casa. Plantas estranham o ambiente. Gostam ou não gostam dele. Verdejam ou secam. Diferentes das pedras, que não estranham nada. Para a pedra tudo é igual. Indiferentes ao mundo que as cerca. São sempre as mesmas. Porque estão mortas. As plantas estão vivas. Porque estão vivas, as plantas estão sempre se transformando numa outra coisa, diferente do que são. A vida não suporta a mesmice. Nascer, crescer, envelhecer, reproduzir. Nenhuma planta é igual a si mesma num momento subsequente de tempo. As pedras nem nascem, nem crescem, nem envelhecem, nem se reproduzem. São eternas. São sempre as mesmas. Mortas.

A vida tem horror à mesmice. Um amigo, cientista especialista em bambus, me emprestou um livro-arte maravilhoso sobre bambus. Aprendi que os bambus florescem. Espantei-me. Eu nunca vi um bambu florido. Bambus, pelo que eu pensava saber, se reproduzem assexuadamente: a planta mãe vai soltando brotos iguais a si mesma. Mas o livro me disse que em períodos aproximados de cem anos, uma mesma espécie de bambu floresce, no mundo inteiro. Depois da orgia sexual, da troca de gens, da ejaculação de sementes, morrem os bambus. Os novos nascerão das sementes. Não serão mais os mesmos que eram. Porque a semente é precisamente isso: a vida se recusando a ser a mesma; a vida sabendo que, para continuar viva, precisa "deixar de ser" o que era para "vir a ser" uma outra coisa. Se não houver a mistura de gens, se a planta quiser ficar sempre a mesma, ela se degenera. É preciso deixar de ser o mesmo e se transformar em outro. Vale para as plantas a sabedoria evangélica: "Quem quiser salvar a sua vida perde-la-á". Quem permanecer o

mesmo, morrerá. Ou se transformará numa pedra. Na procriação existe sempre um pouco de morte. "Morre e transforma-te!" dizia Goethe. "Somente onde há sepulturas há também ressurreições", dizia Nietzsche. "Se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica ele só. Mas se morrer dá muito fruto", dizia Jesus.

"Casca vazia. A cigarra cantou-se toda". Hai-kai, se não me engano, de Bashô. Antes da casca vazia a cigarra cantava canções subterrâneas – a vida acontecia nas profundezas da terra. Mas, de repente, a vida tornou-se outra. A cigarra subterrânea começou a sonhar sonhos de ar livre e vôos. Saiu da terra. Sua casca não era mais capaz de suportar a vida que crescia dentro dela. Arrebentou. E dela surgiu um outro ser, alado, pneumático. Nós, seres humanos, somos como as cigarras. Só que nossas cascas são feitas com palavras. Crescendo a vida, as cascas verbais se transformam em prisões. Têm de ser abandonadas, para que a vida continue. "A serpente que não pode livrar-se de sua pele morre. Assim são os espíritos que são impedidos de mudar suas opiniões. Eles cessam de ser espírito": aforismo de Nietzsche.

O ecumenismo foi uma florescência de bambus: o desejo de fazer trocas, depois de séculos, o desejo de transformar-se em semente, de cair na terra, de deixar de ser o que era, para ser outra coisa. Possibilidade de "nascer de novo": o velho voltando a ser criança...

Mas agora, o Vaticano reafirma a sua imutabilidade pétrea, sua mesmice, a eternidade de sua casca de palavras: *Quod semper, ubique et ab omnibus creditum est*. Entre Heráclito e Parmênides, os teólogos oficiais católicos canonizaram Parmênides... Entre a semente e a pedra, reafirmaram a pedra. Os bambus estão proibidos de florir. Para que florir? É desnecessário. A Igreja possui a verdade toda. Não precisa dos outros. Proibido está o jogo de trocar sementes. Diálogo, só para que os outros sejam convertidos à sua verdade. Por que ouvir o outro, se possui a verdade toda? Por que permitir que o outro fale, se aquilo que ele fala só pode ser mentira? Todos os que pretendem possuir a verda-

de estão condenados a ser inquisidores. Assim, sobre todas as sementes se coloca a maldição do silêncio, obsequioso...

Num pequeno lugar do sul de Minas, Pocinhos do Rio Verde, há um pico de pedra bruta, a Pedra Branca. Para se chegar ao alto passa-se por um bosque com regatos e poços de água cristalina. Saindo do bosque, é a pedra bruta, trabalhada pelo vento e pela água, através dos milênios. Triunfo da pedra? Em pedras não se plantam flores. A despeito disto a vida foi colocando matéria orgânica nas gretas e depressões. E o que se vê é um jardim: musgos, orquídeas, bromélias, avencas. Fosse a pedra só, e seria desolação, deserto. Mas a vida cresceu sobre a pedra – e vieram os pássaros, as borboletas, as abelhas, os pequenos animais. Coitada da pedra! É inútil reclamar. A vida e a beleza crescem sobre ela, a despeito da sua mesmice pétrea. As sementes – frágeis – são mais fortes que a pedra – dura.

Compreendi, então, coisa que nunca havia compreendido: as razões por que a Igreja Católica havia escolhido para si mesma o símbolo *Petrus* – "Tu és pedra"... De fato, ela é pedra. Casca de cigarra sobre o tronco da árvore que continua a afirmar-se a si mesma, a viver de memórias da vida que foi um dia e que agora é morte. Não se dá conta de que a vida saiu e voou. Compreendi, também, as razões para a sua dificuldade em lidar com tudo que seja semente – sêmen – o líquido do prazer que faz com que a vida nasça outra.

Na estória de Ló e sua mulher, fugindo de Gomorra, está dito que Deus os advertiu a não olharem para trás. A mulher de Ló desobedeceu. Olhou para trás. Transformou-se numa estátua, pedra de sal. O vento e a chuva levaram o sal. A estátua desapareceu. Essa é a tragédia das pedras: pensam ser eternas. Não sabem que são sal. O tempo faz o seu trabalho. A areia da praia um dia foi pedra...

Esta crônica também pode ser lida no livro *Transparências da eternidade*.



48 Denominações e Organizações Cristãs enviam carta ao Presidente Bush opondo-se à guerra contra o Iraque

12 de setembro de 2002

Exmo. Sr. George W. Bush

Presidente dos Estados Unidos da América

Casa Branca, Washington, D.C. 20500

Prezado Sr. Presidente

Nós, como todos os norte-americanos, dobramos nossos joelhos em oração e evocação da tragédia e da violência que ceifou a vida de tantas pessoas há um ano. Na condição de líderes religiosos norte-americanos procuramos, durante este ano, ouvir, aprender e crescer em nossa fé e compaixão, tanto em relação às pessoas em nossas congregações como àquelas fora de nossas igrejas. Aplaudimos e aprovamos os esforços, sob sua liderança, para reunir pessoas das mais diferentes convicções religiosas para a celebração, o lamento e a continuação corajosa de nossas vidas – de uma maneira mais cuidadosa e com o reconhecimento dos preciosos dons de Deus oferecidos a toda a humanidade.

Hoje, entretanto, escrevemos preocupados com o perigo destes mesmos dons preciosos virem a ser feridos por ações desenvolvidas por nossa nação.

Nós, líderes de igrejas e de organizações eclesiais norte-americanas, estamos alarmados pelas recentes declarações de V.S., e de outros membros de seu governo, acerca de prováveis ações militares *preemptivas* contra o Iraque com o exposto propósito de derrubar o regime de Saddam Hussein. Compreendendo que o Sr. Hussein significa uma ameaça para seus vizinhos e para o seu próprio povo acreditamos que tal ação é errada e nociva aos interesses dos Estados Unidos. Em base a razões morais opomo-nos a que os Estados Unidos exerçam mais ações militares contra o Iraque agora. O povo iraquiano já sofreu demais depois de mais de duas décadas de guerra e de severas sanções econômicas. Os resultados de uma ação militar contra o governo de Saddam Hussein poderiam significar um grande número de civis mortos e feridos assim como o aumento do sofrimento de multidões de inocentes.

Uma ação militar unilateral é contrária aos interesses dos Estados Unidos na medida em que continua a fortalecer-se o apoio multilateral à nova inspeção dos armamentos do regime e quando a maioria dos governos da Europa e do Oriente Médio se mostra contrária a uma ação militar. É importante para os Estados Unidos cooperarem com os esforços internacionais para o

controle das armas de destruição massiva do Iraque e, se possível, por meio de uma iniciativa regional de controle. O uso *preemptivo* da força militar por parte dos Estados Unidos para conter a proliferação de problemas desta ordem, por mais sérios que estes possam ser, estabelece um perigoso precedente, particularmente, para outras nações que se sentirão ameaçadas pela capacidade militar de seus vizinhos. Além disso, a derubada unilateral de governos inimigos aumenta a preocupação em outros países sobre o respeito norte-americano pela integridade delas como nações, assim como pela legislação internacional.

Uma ação militar norte-americana neste momento encerra também o grande potencial de desestabilizar a região. O apoio internacional para a guerra contra o terrorismo seria, igualmente, prejudicado, se os Estados Unidos atacassem o Iraque sem um mandato da Organização das Nações Unidas. Os militantes nos países de maioria árabe e islâmica aproveitariam esta oportunidade para incitar o povo contra os Estados Unidos e seus aliados. Uma invasão, ou uma intensificação de ações militares contra o Iraque desviaria a atenção da necessária busca de caminhos para a redução do terrorismo internacional e retardaria os esforços para a restauração da estabilidade no Afeganistão.

Em lugar de atacar o Iraque nós o instamos a fazer cessar-fogo e do estabelecimento da paz no conflito Israelense-Palestino a sua prioridade no Oriente Médio. Como muitos no mundo nós olhamos para o governo dos Estados Unidos esperando que se mostre como um exemplo para a comunidade internacional. Como líderes religiosos cristãos, responsáveis por milhões de cidadãos norte-americanos, esperamos que nosso governo reflita a moral e os valores que sempre amamos, perseguindo a paz e não a guerra, trabalhando com a comunidade de nações, não derrubando governos pela força, respeitando a lei e os tratados internacionais e respeitando ao máximo toda a vida humana.

Cordialmente,

Rev. Dr. Robert Edgar

Secretário-Geral do Conselho Nacional de Igrejas de Cristo nos Estados Unidos da América.

(Seguem-se 47 assinaturas de líderes Protestantes, Católicos e Ortodoxos e dirigentes ecumênicos)

(Traduzido do Inglês por Zwinglio M. Dias)